



EDITAL

O ESTADO do PARANÁ, por intermédio da **DIVISÃO DE LICITAÇÕES/SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**, torna público que realizará licitação nos seguintes termos:

REGÃO ELETRÔNICO: SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS PE-231/2026 UASG: 456793 COMPRAS GOV Nº 90231 GMS Nº 231 TIPO MENOR PREÇO	Acolhimento/Abertura/Divulgação de Propostas: Até 09 h 00 min do dia 26/06/2026 Início da sessão / disputa de lances: 09 h 10 min do dia 26/06/2026 Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste edital.
---	--

1 OBJETO:

A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços, por um período de 1 ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, para futura e eventual aquisição de **Acessórios da Marca AESCULAP**.

2 VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO:

O preço global máximo para o presente procedimento licitatório é de **R\$ 3.292.112,80 (três milhões, duzentos e noventa e dois mil, cento e doze reais e oitenta centavos)**.

3 SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

O pregão será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações compras.gov. O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

O edital está disponível na internet, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas <https://pncp.gov.br/>, www.comprasparana.pr.gov.br/compras

Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) pregoeiro(a) Leandro Pereira e equipe de apoio Karin Stopinski designado pela Resolução/Portaria n.º 1275/2025, servidores(as) do(a) CPL/SESA.

E-mail: leandro-pereira@sesa.pr.gov.br

Telefone: (41) 3330-4307

Endereço: Avenida Prefeito Lothario Meissner, 350 – CEP 80.210-170, Curitiba / Paraná

O atendimento será feito no horário das 08h30min às 12 h e das 13h30min às 18 h.

4 ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:

4.1 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 10.086, de 2022, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, em campo específico no sítio eletrônico <http://www.administracao.pr.gov.br/compras> pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.



4.2 RECURSOS E CONTRARRAZÕES:

As razões de recurso e as contrarrazões poderão ser enviadas exclusivamente por meio eletrônico, observando as regras dispostas no item 9 das Condições Gerais deste Edital;

4.3 DISPONIBILIDADE DOS AUTOS:

No curso da licitação, os autos do processo licitatório estarão à disposição dos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.eprotocolo.pr.gov.br>, devendo os interessados apresentarem requisição de acesso ao protocolo via sistema.

5 CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO:

5.1 A licitação e a contratação dela decorrente são reguladas pelas condições específicas e gerais do pregão e pelo disposto nos demais anexos do edital.

5.2 É vedada a participação do órgão ou entidade em outra ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade da ata decorrente da presente licitação, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto neste edital.

5.3 A licitação será regida pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022, pela Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, bem como as suas devidas alterações.



CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

1 CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: PREÇO MÁXIMO

Encerrada a fase de lances, após a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos valores unitários máximos e totais máximos fixados neste Edital.

2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

2.1 Na fase de disputa, o critério de aceitabilidade de preços no sistema de compras eletrônicas é o valor máximo global do lote, fixado no Termo de Referência, **Anexo I** deste Edital.

2.1.1 Os valores que permanecerem acima do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) do(s) lote(s), nesta fase, serão desclassificados.

2.2. O julgamento das propostas será realizado de acordo com critério de MENOR PREÇO.

2.3 Encerrada a fase de lances, após a negociação, as propostas que permanecerem acima do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) do(s) lote(s), serão desclassificadas.

3 PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:

O prazo de validade das propostas, que deverá constar no Descritivo das Propostas de Preços (Anexo III), não poderá ser inferior ao fixado neste edital.

4 PROPOSTA PARCIAL:

4.1. Não será permitido ao licitante oferecer proposta parcial.

5 TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA ME/EPP:

Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei n.º 11.488, de 2007, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar n.º 123, de 2006, conforme cláusulas 5.20 a 5.24 do Edital.

6 VIGÊNCIA:

6.1 O contrato terá vigência pelo prazo de 04 (meses) com prorrogação conforme Art. 111 da Lei 14.133/2021.

7 CONSÓRCIO:

Será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, atendidas as condições do art. 15 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e do Decreto n.º 10.086, de 2022 e aquelas estabelecidas neste edital, conforme justificativa técnica e econômica constante do procedimento administrativo.

7.1 As empresas consorciadas deverão ter objeto social pertinente e compatível com o objeto licitado.

7.2 O arrematante entregará, junto com os documentos de habilitação:

a) o compromisso público ou particular registrado em cartório de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, que discriminará os poderes e encargos de cada consorciado e indicará a etapa do objeto a que cada um ficará responsável, com o respectivo percentual de participação;

b) documento com indicação da empresa responsável pelo consórcio, a qual deverá atender às condições de liderança, fixadas neste edital. No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira.

7.3 Os Documentos de Habilitação (Anexo II) deverão ser apresentados por parte de cada consorciado, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, e, para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, também na proporção de sua respectiva participação.

7.4 A empresa consorciada está impedida de participar desta licitação por intermédio de mais de um



consórcio ou isoladamente, inclusive na condição de subcontratada de outro licitante.

7.5 Os integrantes do consórcio respondem de forma solidária pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação, quanto na de execução do contrato.

7.6 A empresa líder será a representante do consórcio perante a Contratante e deverá subscrever a proposta de preços, em nome do consórcio.

7.7 Qualquer uma das consorciadas poderá apresentar, em nome do consórcio, a garantia da execução, quando exigida.

7.8 O prazo de duração do consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de conclusão do objeto licitado, até sua aceitação definitiva.

7.9 Estará impedida de participar do consórcio a empresa na qual figure, entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios, pessoa que seja funcionário, diretor, responsável técnico ou sócio de outra empresa consorciada.

7.10 Tratando-se de consórcio, o licitante vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio no órgão oficial competente, nos termos do compromisso.”

8 ANEXOS:

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo II – Documentos de Habilitação;
- Anexo III – Modelo de Descritivo da Proposta de Preços;
- Anexo IV – Modelo de Procuração;
- Anexo V – Modelo de Declaração;
- Anexo VI – Órgãos/Entidades Participantes e Locais de Entrega;
- Anexo VII – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- Anexo VIII – Minuta de Contrato
- Anexo IX – Modelo de Declaração de enquadramento ME/EPP.
- Anexo X – Declaração LGPD.



CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO

1 A REALIZAÇÃO DO PREGÃO

1.1 O pregão será realizado por meio eletrônico, no sistema de compras eletrônicas do Governo Federal, na página <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

1.2 O pregão será conduzido por servidor(a) público(a) denominado(a) pregoeiro(a), mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

1.3 O(a) pregoeiro(a) exercerá as atribuições previstas no artigo 4.º do Decreto n.º 10.086, de 2022.

1.4 Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual <https://www.gov.br/compras/pt-br>, conforme instruções que podem ser obtidas na página <https://www.gov.br/compras/pt-br> ou, ainda, por meio dos telefones **0800.978.9001** para Capitais e Regiões Metropolitanas e **0800.978.9001** para demais localidades (suporte técnico).

1.4.1 O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual <https://www.gov.br/compras/pt-br> implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

1.5 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

2 EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que apresentem os documentos exigidos para habilitação.

2.2 Os interessados em participar do pregão devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas, nos termos do Item 1 - Das Condições Gerais do Pregão Eletrônico.

2.3 Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que:

2.3.1 tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;

2.3.2 constituíram as pessoas jurídicas que foram apenadas conforme item 2.3.1, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

2.3.3 tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item 2.3.2;

2.3.4 não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;

2.3.5 mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.3.6 o servidor ou dirigente de órgão ou entidade estadual, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente.

2.3.6.1 Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

2.3.7 As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

2.4 A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.

2.5 Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação fixadas no edital.



2.6 O(a) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

3 PROPOSTA INICIAL

3.1 Antes de postar a proposta comercial em formulário eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas:

3.1.1 o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas neste edital;

3.1.2 a sua condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

3.2 A proposta de preço inicial deverá ser enviada por meio de formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas observados o prazo e os critérios de disputa estabelecidos neste edital.

3.2.1 A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s).

3.3 Nos termos do Convênio ICMS n.º 26/2003- CONFAZ, quando se tratar de operação interna, os licitantes beneficiados com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de preços com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

3.3.1 Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não estão abrangidos pelo disposto no item 3.3, devendo apresentar proposta de preços com a carga tributária completa.

3.4. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da fase de lances.

3.5 O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

4 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1 Valor máximo global do lote;

4.1.2 Marca;

4.1.3 Fabricante;

4.1.4 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

4.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

4.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

4.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.6 As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

5 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.



5.2 O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

5.2.1 será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

5.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5.1 O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 2 Das Condições Específicas deste Edital.

5.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 0,50 (cinquenta centavos).

5.9 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.10 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

5.13 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

5.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.16 No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18 critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

5.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, as empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.



5.21 Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.22 A ME, EPP ou MEI melhor classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.23 Caso a microempresa, a empresa de pequeno porte ou o microempreendedor individual melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes na condição de ME, EPP ou MEI que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.24 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.25 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.26 Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.27 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

5.28 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

5.28.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.28.2 O(a) pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 1 (um) dia útil, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.28.3 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 5.28.2.

5.29 Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

6.1 Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 95 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.2 Será desclassificada a proposta, ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao(s) preço(s) máximo(s) fixado(s) ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

6.2.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.3 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

6.4 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

6.5 O(a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 1 (um) dia útil, sob pena de não aceitação da proposta.

6.5.1 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.



6.5.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico.

6.6.3. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.6.3.1 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.6.3.2 Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

6.6.3.3 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo(a) Pregoeiro(a), ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.6.3.4 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o(a) Pregoeiro(a) analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

6.6.3.5 Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

6.6.3.6 Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 90 (noventa) dias, após o qual poderão ser descartadas ou incorporadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

6.6.3.7 Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

6.7 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.8 Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a sua continuidade.

6.9. Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

6.9.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.10 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

6.11 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço final proposto, até a data e o horário estabelecidos pelo pregoeiro.

7.2 O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no sistema de registro cadastral unificado disponível no Sistema de Fornecedores da União (SICAF) ou do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, desde que os referidos documentos estejam atualizados, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

7.4 As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.



7.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

7.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances fechados.

8. DESCRITIVO DA PROPOSTA

8.1 A proposta deverá ser formulada de acordo com o valor final da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado) e deverá conter, de acordo com o modelo definido neste edital, a identificação da licitação, o CNPJ e o nome empresarial completo do licitante, a descrição do produto/serviço oferecido para cada item e/ou lote da licitação; o valor global, os preços unitários e globais por item e/ou lote, cotados em moeda corrente nacional; e o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior ao estabelecido no edital.

8.1.1 A proposta definitiva deverá observar os preços unitários máximos da planilha de composição de preços fixada pelo edital e seus anexos, sob pena de desclassificação, inclusive quando o(s) lote(s) reunir(em) itens diversos e independente do critério de disputa.

8.1.2 As empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ (item 3.3) deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

8.1.2.1 Para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 3.3, e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital. Caso esta soma ultrapasse o máximo previsto no edital, o(a) pregoeiro(a) desclassificará a proposta.

8.1.3 Constatado erro de cálculo em qualquer operação, o(a) pregoeiro(a) poderá efetuar diligência visando sanar o erro ou falha, desde que não alterem a substância da proposta, do documento e sua validade jurídica.

8.1.4 Os preços deverão ser cotados em reais, com até duas casas decimais após a vírgula. Serão desconsiderados os valores depois da segunda casa decimal após a vírgula.

8.2 Nos termos do §1º do Art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme Anexo III.

9. OS RECURSOS

9.1 Qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas, manifestar de forma imediata e motivada a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa que antecede a adjudicação.

9.1.1 As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico e com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.1.2 Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 3 (três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, exclusivamente por meio eletrônico e assinadas com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.2 A não apresentação das razões recursais no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.



9.3 As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores, ou subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para responder pelo licitante, não serão conhecidas pelo(a) pregoeiro(a).

9.4 Os autos do processo de licitação poderão ser acessados pelos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.eprotocolo.pr.gov.br>.

9.5 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1 Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como a análise técnica referente às amostras, quando exigidas, o procedimento licitatório será encaminhado pelo(a) pregoeiro(a) à autoridade máxima para adjudicação e homologação.

10.2 Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto possuir mais de um lote.

11 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 Homologada a licitação pela autoridade competente, o(a) CGOV/SESA convocará o(s) adjudicatário(s) para assinar a Ata de Registro de Preços, por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado), no prazo de 3 (três) dias úteis, prorrogável uma vez, pelo mesmo prazo, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

11.1.1 O não atendimento à convocação, a recusa ou o silêncio do adjudicatário convocado para assinatura da Ata de Registro de Preços, implicará desclassificação do certame, sem prejuízo das sanções previstas em lei e no item 13 deste Edital.

11.2 Será incluído na Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens com os preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, com objetivo da formação de cadastro reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, observadas as condições previstas neste Edital, e o disposto no 8º do Art. 298, nos incisos II, IV e V do art. 305, no inciso III do art. 306, e no art. 311, todos do Decreto n.º 10.086, de 2022.

11.2.1 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a ata de registro de preços nos termos do inciso II do § 4.º do Art. 298 do Decreto n.º 10.086/2022, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, que mantiverem suas propostas, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

11.3 A ata de registro de preços terá vigência de um ano, passível de prorrogação por igual período.

11.3.2 O prazo de vigência inicial conta-se a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas.

11.3.3 Na prorrogação da vigência inicial da ata de registro de preços pode haver a renovação dos quantitativos registrados em relação a cada item, até o limite do quantitativo original.

11.3.4 A prorrogação independe da existência de saldo em relação aos itens que a compõem.

11.3.5 O prazo de prorrogação é uno, observado o seguinte:

11.3.5.1 admite-se a prorrogação antecipada da ata quando houver o esgotamento de, ao menos, um de seus itens;

11.3.5.2 a prorrogação de um item implica prorrogação dos demais, na mesma data;

11.3.5.3 a prorrogação da ata em relação a item cujo saldo tenha esgotado implica na prorrogação da ata em relação aos demais, na mesma data;

11.3.5.4 - havendo prorrogação antecipada, o prazo de um ano conta-se a partir daquela data, aplicando-se para todos os itens.

11.3.6 O ato de prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

11.3.6.1 comprovação que as condições previstas e os preços registrados permanecem vantajosos;

11.3.6.2 indicação expressa do termo inicial e final do prazo de prorrogação e do quantitativo renovado em relação a cada item, que poderá ser parcial ou total.



11.4 Os licitantes reconhecem, desde já, que a assinatura da Ata de Registro de Preços, do(s) Contrato(s), ou retirada(s) da(s) nota(s) de empenho emitidas (ou documento equivalente), representam compromisso entre as partes, submetendo-as ao cumprimento do objeto licitado, nos prazos e condições constantes neste Edital e na legislação vigente.

11.5 No interesse da Administração, e em conformidade com o art. 314 do Decreto nº 10.086, de 2022, será possível a adesão à Ata de Registro de Preços, **conforme previsto no Anexo VII deste Edital**.

11.6 Para a assinatura da Ata de Registro de Preços, o vencedor do certame deverá estar credenciado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná – CAUFPR, e apresentar comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo adjudicatário durante a vigência da Ata de Registro de Preços e do contrato.

11.7 A Administração poderá revisar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecido o disposto nos artigos 301 a 303 do Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022, bem como deverá proceder à atualização desses preços nos termos do art. 304 desse Regulamento Estadual.

11.7.1 A revisão e a atualização dos preços registrados na Ata dependem de autorização da autoridade competente, devendo o órgão gerenciador promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no *site* oficial.

11.7.2 A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice IPCA/IBGE, tendo por termo inicial a data do orçamento estimado 07/01/2026 e desde que decorrido 1 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.

11.7.2.1 O reajuste deverá ser solicitado pelo Contratado mediante requerimento protocolado até 30 (trinta) dias antes do fim de cada período de doze meses.

11.7.2.2 Se o pedido de reajuste não for protocolado no prazo acima, a vigência do reajuste não poderá retroceder além da data do pleito.

11.7.2.3 A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

12. CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

12.1 O adjudicatário será notificado para assinar o contrato ou retirar a nota de empenho (ou documento equivalente) no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.

12.2 Para a assinatura do contrato ou retirada da nota de empenho, o adjudicatário deverá estar credenciado no Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, para a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

12.3 Antes da assinatura do contrato, a Administração realizará consulta ao Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, haja vista a vedação contida no art. 3º, inc. I, da Lei Estadual n.º 18.466, de 2015.

12.4 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da conta corrente junto à instituição financeira Contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas na mesma norma.

12.5 Se o adjudicatário não apresentar as comprovações dos itens 12.2 e 12.4 ou se recusar a assinar o contrato ou retirar a nota de empenho, a Administração Pública poderá revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021, e no Decreto Estadual n.º 10.086/2022, ou ainda, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

12.5.1 A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará a instauração de procedimento administrativo autônomo para eventual aplicação de sanções administrativas.

12.5.2 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 12.5, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

12.6 A entrega, o recebimento do objeto da licitação e os pagamentos serão efetuados no local, nos prazos e na forma estabelecida nos anexos deste edital.



12.7 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12.8 Antes de cada pagamento, a Contratante deverá realizar consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviço - GMS para verificar a manutenção das condições de habilitação definidas neste edital.

13 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

13.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;

b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;

c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

13.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

13.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

13.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

13.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

13.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.

13.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

13.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

13.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

14 DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.



14.2 Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

14.3 É facultado ao(a) pregoeiro(a) a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

14.4 O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.

14.5 A não apresentação de qualquer documento ou a apresentação com prazo de validade expirado implicará desclassificação ou inabilitação do licitante.

14.6 Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.

14.7 Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema de que trata o item 1.1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico. O(a) pregoeiro(a), se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.

14.8 O(a) pregoeiro(a) poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.

14.9 A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

14.10 O foro é o da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Foro Central de Curitiba, no qual serão dirimidas todas as questões não resolvidas na esfera administrativa.

O servidor que subscreve este edital e seus anexos atesta que observou integralmente a Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Curitiba, 12 de junho de 2026.

Dr. César Augusto Neves Luiz (César Neves)
Secretário de Estado da Saúde
Secretaria de Estado da Saúde do Paraná



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1 OBJETO

1.1 Registro de Preços, pelo período de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, para futura e eventual aquisição de Acessórios da Marca AESCULAP, conforme especificações da planilha abaixo:

LOTE 1 – AMPLA CONCORRÊNCIA

LOTE 1					
Lote 1	Descrição do objeto	Quantidade	Unid de medida	Valor unitário máximo	Valor Anual (R\$) (12 meses)
Item 1	Peça de mão / adaptador craniótomo fixo com protetor de duramater Tamanho Médio ref. GB942R. CÓD. GMS 6511.108565 CATMAT 455134	8	Unidade	R\$ 10.163,88	R\$ 81.311,04
Item 2	Motor craniótomo fixo tipo caneta ref. GA849 CÓD. GMS 6511.108573 CATMAT 455134	10	Unidade	R\$ 56.917,47	R\$ 569.174,70
Item 3	Adaptador / caneta 7 cm angulado (L7) ref. GA862 CÓD. GMS 6511.108574 CATMAT 455134	7	Unidade	R\$ 52.851,80	R\$ 369.962,60
Item 4	Adaptador / caneta 4 cm angulado (L4) ref. GA861 CÓD. GMS 6511.108959 CATMAT 455134	9	Unidade	R\$ 49.192,55	R\$ 442.732,95
Item 5	Adaptador / caneta 13 cm angulado (L13) ref. GA864 CÓD. GMS 6511.108575 CATMAT 455134	7	Unidade	R\$ 56.917,47	398.422,29
Item 6	Motor com conexão estilo Hudson para trepanação ref. GA822 CÓD. GMS 6511.108576 CATMAT 455134	5	Unidade	R\$ 56.917,47	R\$ 284.587,35

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA
DIVISÃO DE LICITAÇÕES



Protocolo nº 24.421.524-6

Pregão Eletrônico nº 231/2026

– EDITAL (página 16 de 76)

Item 7	Motor tipo serra recíprocante ref. GA837 CÓD. GMS 6511.108577 CATMAT 455134	2	Unidade	R\$ 54.884,31	R\$ 109.768,62
Item 8	Motor tipo serra sagital ref. GA836. CÓD. GMS 6511.108578 CATMAT 455134	3	Unidade	R\$ 54.884,31	R\$ 164.652,93
Item 9	Cabo de conexão do motor ref. GA806 CÓD. GMS 6511.108579 CATMAT 455134	3	Unidade	R\$ 27.087,27	R\$ 81.261,81
Item 10	Pedal interruptor bidirecional ref. GA808 CÓD. GMS 6511.108580 CATMAT 455134	6	Unidade	R\$ 28.458,47	R\$ 170.750,82
Item 11	Aplicador para óleo – Elan 4 ref. GB600860 CÓD. GMS 6511.108581 CATMAT 455134	8	Unidade	R\$ 310,25	R\$ 2.482,00
				Soma dos valores unitários dos itens	Valor máximo Global do Lote (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS)
				R\$ 448.585,25	R\$ 2.675.107,11

LOTE 2 – AMPLA CONCORRÊNCIA

LOTE 2					
Lote 2	Descrição do objeto	Quantidade	Unid de medida	Valor unitário máximo	Valor Anual (R\$) (12 meses)
Item 12	Bateria recarregável para perfurador/serra ref. GA676 CÓD. GMS 6515.108584 CATMAT 455134	12	Unidade	R\$ 10.220,49	R\$ 122.645,88

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA
DIVISÃO DE LICITAÇÕES



Protocolo nº 24.421.524-6

Pregão Eletrônico nº 231/2026

– EDITAL (página 17 de 76)

Item 13	Passador / funil para bateria ref. GA678 CÓD. GMS 6515.108571 CATMAT 455134	5	Unidade	R\$ 169,92	R\$ 849,60
Item 14	Removedor de bateria ref. GA679 CÓD. GMS 6515.108585 CATMAT 455134	5	Unidade	R\$ 1.698,05	R\$ 8.490,25
Item 15	Tampa de fecho do compartimento da bateria ref. GA675 CÓD. GMS 6515.108586 CATMAT 455134	5	Unidade	R\$ 4.898,26	R\$ 24.491,30
Item 16	Mandril Jacobs Universal 1,4" com chave ref. GB667R CÓD. GMS 6511.108587 CATMAT 455134	7	Unidade	R\$ 14.068,78	R\$ 98.481,46
Item 17	Mandril Jacobs 0,5 até 7,4 mm ref. GB621R CÓD. GMS 6511.108588 CATMAT 455134	7	Unidade	R\$ 12.896,17	R\$ 90.273,19
Item 18	Adaptador para serra sagital ref. GB660R CÓD. GMS 6511.108591 CATMAT 455134	3	Unidade	R\$ 36.300,55	R\$ 108.901,65
Item 19	Adaptador para fios de Kirschner 0,6 a 4,0 mm ref. GB641R. CÓD. GMS 6511.108592 CATMAT 455134	5	Unidade	R\$ 16.704,90	R\$ 83.524,50
Item 20	Óleo lubrificante 300 ml ref. GB600 CÓD. GMS 6511.108593 CATMAT 455134	23	Unidade	R\$ 1.096,30	R\$ 25.214,90

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025



Protocolo nº 24.421.524-6

Pregão Eletrônico nº 231/2026

– EDITAL (página 18 de 76)

Item 21	Aplicador para óleo – Acculan 4 ref. GB600840 CÓD. GMS 6511.108594 CATMAT 455134	12	Unidade	R\$ 160,85	R\$ 1.930,20
				Soma dos valores unitários dos itens	Valor máximo Global do Lote (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS)
				R\$ 98.214,27	R\$ 564.802,93

LOTE 3 – AMPLA CONCORRÊNCIA

LOTE 3					
Lote 3	Descrição do objeto	Quantidade	Unid de medida	Valor unitário máximo	Valor Anual (R\$) (12 meses)
Item 22	Pedal redondo para coagulador ref. GN161R CÓD. GMS 6511.109107 CATMAT 455134	3	Unidade	R\$ 14.104,92	R\$ 42.314,76
Item 23	Cabo de conexão para pinças bipolares ref. GN133 CÓD. GMS 6511.108595 CATMAT 455134	6	Unidade	R\$ 1.648,00	R\$ 9.888,00
				Soma dos valores unitários dos itens	Valor máximo Global do Lote (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS)
				R\$ 15.752,92	R\$ 52.202,76

O valor total do processo é de **R\$ 3. 292.112,80 (três milhões, duzentos e noventa e dois mil, cento e doze reais e oitenta centavos).**

1.2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: maio/2025



1.2.1 A Contratada deverá fornecer acessórios NOVOS e REUTILIZÁVEIS para o acoplamento em Motores Elétricos modelo Elan, Motores e Serras modelo Acculan e Coagulador Bipolar modelo GN160 marca Aesculap. Todos os itens descritos nas especificações devem permitir total acoplamento elétrico e/ou mecânico afim de permitir o pleno funcionamento nos equipamentos referenciados na descrição do lote.

1.2.2 Importa destacar que a adoção de peças genéricas ou de fabricantes alternativos é tecnicamente inviável, uma vez que comprometeria a integridade funcional dos equipamentos, acarretando perda de garantia de fábrica, risco de falhas operacionais e sérios prejuízos à segurança assistencial, sobretudo em procedimentos cirúrgicos de alta complexidade. A utilização de componentes originais da mesma marca assegura, ainda, a interoperabilidade adequada, a padronização hospitalar e a continuidade dos serviços de saúde, elementos que se revestem de interesse público relevante. Além disso, a substituição por itens não compatíveis pode implicar aumento de custos com adaptações técnicas e até mesmo a inutilização prematura de equipamentos de elevado valor patrimonial, em prejuízo ao interesse público e à economicidade administrativa.

1.2.3 Portanto, a menção à marca no processo licitatório está devidamente fundamentada em razões de ordem técnica, operacional e de segurança, com respaldo no art. 41 da Lei nº 14.133/2021, que autorizam a especificação por marca quando comprovadamente necessária à padronização ou à manutenção da compatibilidade com os bens existentes.

1.2.4 A solução consiste na aquisição de acessórios originais da marca B. Braun AESCULAP, compatíveis com os equipamentos médico-hospitalares atualmente em uso hospitalar, incluindo motores cirúrgicos da linha ELAN 4, perfuradores/serras da linha ACCULAN 4 e coagulador bipolar modelo GN160.

1.2.5 Os acessórios deverão:

1.2.5.1 Ser novos, originais de fábrica, com identificação do fabricante;

1.2.5.2 Possuir compatibilidade elétrica e/ou mecânica integral com os equipamentos existentes;

1.2.5.3 Permitir pleno funcionamento dos equipamentos, sem necessidade de adaptações;

1.2.5.4 Atender às normas técnicas aplicáveis, incluindo registro vigente na ANVISA e NBR IEC 60601-1.

1.2.5.4.1 A observância dessas normas é obrigatória para garantir a segurança, eficácia e conformidade legal dos dispositivos médicos adquiridos, sendo exigência mínima regulatória para operação hospitalar em ambiente estéril e de alta complexidade.

1.2.6 Lote 1 - Item 1 – Peça de mão / adaptador craniótomo fixo com Protetor de dura standard REF. GB942R, autoclavável, engate rápido, tamanho médio, compatível com motor AESCULAP ELAN4. Destinado à fixação da fresa de corte e detentor de guia de proteção da Duramater durante o procedimento da Craniotomia.

Especificação do fabricante: GB942R ELAN 4 dura guard standart.



Imagem Ilustrativa.

1.2.7 Lote 1 - Item 2 – Motor craniótomo fixo Tipo caneta e engate da fresa REF. GA849, compatível com motor AESCULAP ELAN4. Dispositivo de interface entre o console do Motor Elétrico e o adaptador de acomodação da fresa de corte, com a função de gerar a força eletromotriz de gira da ferramenta de corte. Especificação do fabricante: GA849 ELAN 4 electro craniotome and multifunction handpiece.



Imagem Ilustrativa.

1.2.8 Lote 1 - Item 3 – Adaptador / caneta 7 cm angulado REF. GA862, compatível com motor AESCULAP ELAN 4 ELECTRO (comprimento L7). Destinado à fixação de broca de perfuração para procedimento de drilagem, componente acoplado ao micromotor.

Especificação do fabricante: GA862 ELAN 4 Electro 1-ring handpiece L7.



Imagem Ilustrativa.

1.2.9 Lote 1 - Item 4 – Adaptador / caneta 4 cm angulado, compatível com motor AESCULAP ELAN 4 ELECTRO (comprimento L4) REF. GA861. Destinado à fixação de broca de perfuração para procedimento de drilagem, componente acoplado ao micromotor.

Especificação do fabricante: GA861 ELAN 4 electro 1-ring handpiece L4.



Imagem Ilustrativa.

1.2.10 Lote 1 - Item 5 – Adaptador / caneta 13 cm angulado, compatível com motor AESCULAP ELAN 4 ELECTRO (comprimento L13) REF. GA864. Destinado à fixação de broca de perfuração para procedimento de drilagem, componente acoplado ao micromotor.

Especificação do Fabricante: GA864 ELAN 4 electro 1-ring handpiece L13.



Imagem Ilustrativa.

1.2.11 Lote 1 - Item 6 – Motor com conexão estilo Hudson para broca de perfuração de engate rápido, com redução de alto torque para trepanação REF. GA822, compatível com console motor cirúrgico AESCULAP ELAN 4 ELECTRO. Dispositivo de fixação de broca de corte para perfuração do crânio durante procedimento de trepanação.

Especificação do Fabricante: GA822 ELAN 4 electro perforator driver.



Imagem Ilustrativa.

1.2.12 Lote 1 - Item 7 – Motor tipo serra recíprocante REF. GA837, compatível console de motor cirúrgico AESCULAP ELAN 4 ELECTRO. Motor destinado à fixação da serra de corte no sentido recíprocante afim de exercer força eletromotriz para executar o corte.

Especificação do Fabricante: GA837 ELAN 4 electro reciprocating saw.



Imagem Ilustrativa.

1.2.13 Lote 1 - Item 8 – Motor tipo serra sagital REF. GA836, compatível console de motor cirúrgico AESCULAP ELAN 4 ELECTRO. Motor destinado à fixação da serra de corte no sentido recíprocante afim de exercer força eletromotriz para executar o corte.



Especificação do Fabricante: GA836 ELAN 4 electro microsagittal saw.



Imagem Ilustrativa.

1.2.14 Lote 1 - Item 9 – Cabo de conexão do motor / unidade central REF. GA806, compatível com console de motor cirúrgico AESCULAP ELAN 4 ELECTRO. Trata-se de interface de acionamento e fornecimento de energia a serras sagital e recíprocante de modo a interligar o console de acionamento.

Especificação do Fabricante: GA806 ELAN 4 electro motor cable.



Imagem Ilustrativa.

1.2.15 Lote 1 - Item 10 – Pedal interruptor bidirecional REF. GA808, compatível com console do motor cirúrgico AESCULAP ELAN 4 ELECTRO. Dispositivo de comando das funções do motor de modo que operador possa controlar velocidade e sentido de rotação ou oscilação das ferramentas de corte durante intervenções cirúrgicas.



Imagem Ilustrativa.



Especificação do Fabricante: GA808 ELAN4 electro foot control.

1.2.16 Lote 1 - Item 11 – Adaptador / aplicador REF. GB600860 para conexão e uso do óleo lubrificante. Adaptador projetado para uso exclusivo com motores ELAN 4 ELETRO, possibilitando a aplicação correta do óleo lubrificante AESCULAP (REF. GB600) nos pontos indicados, garantindo desempenho ideal e conservação dos mecanismos internos dos motores.

Especificação do Fabricante: GB600860 ELAN 4 ELETRO OIL SPRAY ADAPTER.



Imagem Ilustrativa.

1.2.17 Lote 2 - Item 12 – Bateria recarregável não estéril de 9,6 V, 1,95Ah REF. GA676, com placa de controle eletrônica interna, compatível com perfurador / serras da AESCULAP modelos GA330, GA331, GA334, GA336, GA337. Destina-se a fornecer a tensão elétrica em corrente contínua-VCC ao Perfurador / Serra elétrico a Bateria e o mantém apto ao uso durante a realização de procedimentos cirúrgicos ortopédicos.

Especificação do Fabricante: GA676 Acculan NiMH – battery



Imagem Ilustrativa.

1.2.18 Lote 2 - Item 13 – Passador / Funil REF. GA678, para transferir a Bateria recarregável não estéril para o perfurador / serra da AESCULAP modelos GA330, GA331, GA334, GA336, GA337. Dispositivo utilizado para transferência segura da bateria não estéril para o motor/perfurador AESCULAP, evitando o contato direto e o risco de contaminação no campo cirúrgico. Permite a inserção asséptica da bateria durante procedimentos ortopédicos, assegurando a biossegurança e facilitando trocas rápidas conforme necessário.

Especificação do Fabricante: GA678 Acculan sterile funnel.



Imagem Ilustrativa.



1.2.19 Lote 2 - Item 14 – Removedor de Bateria recarregável não estéril REF. GA679 para o perfurador / serra da AESCULAP modelos GA330, GA331, GA334, GA336, GA337. Dispositivo projetado para a remoção segura da bateria não estéril dos motores/perfuradores AESCULAP, evitando contato direto e reduzindo riscos de contaminação no campo cirúrgico. Facilita a troca asséptica de bateria durante procedimentos, promovendo agilidade e biossegurança em cirurgias ortopédicas.

Especificação do Fabricante: GA679 Acculan battery removal device.



Imagem Ilustrativa.

1.2.20 Lote 2 - Item 15 – Tampa de fecho REF. GA675, para vedar compartimento do motor perfurador / serra da AESCULAP modelos GA330, GA331, GA334, GA336, GA337. Dispositivo utilizado para vedar e proteger o compartimento da bateria do motor/perfurador AESCULAP, garantindo a manutenção da esterilidade e a segurança operacional durante procedimentos cirúrgicos.

Especificação do Fabricante: GA 675 Acculan 3 Ti lid.



Imagem Ilustrativa.

1.2.21 Lote 2 - Item 16 – Adaptador / Mandril Jacobs Universal 1,4 “com chave para motor REF. GB667R, para fresagem canulado, haste 6,5 mm, compatível com perfurador elétrico a bateria drill / reamer AESCULAP modelo GA330. Destinado à fixação da broca de perfuração e acoplamento à peça de mão rotatória.

Especificação do Fabricante: GB667R ACCULAN 4 REAMER ATTACHEMENT JACOBS CHUCK.



Imagem Ilustrativa.

1.2.22 Lote 2 - Item 17 – Adaptador / Mandril Jacobs, medidas de broca / fresa 0,5 até 7,4 mm GB621R, compatível com perfurador elétrico a bateria drill / reamer AESCULAP modelo GA330. Acessório Drill para mandril Jacobs 0,5 até 7,4 mm, com a Trava de segurança posicionada em OFF girar a área de engate do perfurador conecte o acessório, é possível sentir um feedback tátil de fixação.

Especificação do Fabricante: GB621R ACCULAN 4 DRILLATTACHMENT LARGE JACOBS.



Imagem Ilustrativa.

1.2.23 Lote 2 - Item 18 – Adaptador para serra sagital REF. GB660R, com engate rápido, compatível com motor elétrico a bateria AESCULAP modelo GA330. Acessório utilizado para acoplar serras sagitais ao motor elétrico a bateria AESCULAP modelo GA330, por meio de engate rápido e seguro, permitindo a realização de cortes ósseos em procedimentos cirúrgicos com eficiência e estabilidade. Possui sistema com feedback tátil, facilitando o travamento correto e o uso seguro durante a cirurgia.

Especificação do Fabricante: GB660R Acculan 3Ti sagittal saw attachment.



Imagem Ilustrativa.

1.2.24 Lote 2 - Item 19 – Adaptador (passa fio) para motor / perfurador REF. GB641R, com engate rápido, para utilização em fios de Kirchner de diâmetro de 0,6 a 4,0 mm, compatível com perfurador elétrico a



bateria drill / reamer AESCULAP modelo GA330. Introdução de fio metálico ou cavilha em procedimentos de reparação óssea.

Especificação do Fabricante: GB641R ACCULAN 4 UNIVERSAL K-WIRE ATTCHMENT.

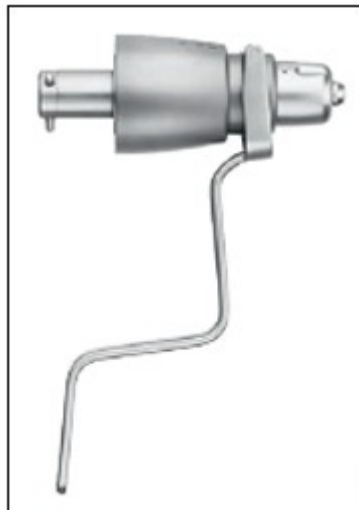


Imagem Ilustrativa.

1.2.25 Lote 2 - Item 20 – Óleo lubrificante REF. GB600, capacidade 300 ml, compatível com motores elétricos a bateria e motores cirúrgicos ambos da AESCULAP linhas ELAN 4 e ACCULAN 4. Lubrificante utilizado de forma rotineira após cada reprocessamento para conservar as peças móveis dos motores cirúrgicos das linhas ELAN 4 e ACCULAN 4 da AESCULAP. Contribui para a suavidade operacional, reduz atrito e prolonga a vida útil dos equipamentos, garantindo seu funcionamento seguro em ambiente cirúrgico.

Especificação do Fabricante: GB600 Sterilit Power Systems.



Imagem Ilustrativa.

1.2.26 Lote 2 - Item 21 – Adaptador / aplicador REF. GB600840 para conexão e uso do óleo lubrificante AESCULAP modelo GB600, e uso em motores da AESCULAP linha ACCULAN 4. Dispositivo utilizado para acoplar com precisão o frasco de óleo lubrificante AESCULAP (REF. GB600) aos motores da linha



ACCULAN 4, permitindo a aplicação segura e controlada do lubrificante nas partes móveis dos equipamentos após o reprocessamento.

Especificação do Fabricante: GB600840 Sterilit Power Systems spray adaptor.



Imagem Ilustrativa.

1.2.27 Lote 3 - Item 22 – Pedal redondo REF. GN161R, compatível com coagulador bipolar AESCULAP modelo GN160. Dispositivo de acionamento por pedal, utilizado para ativar o modo de coagulação bipolar do coagulador AESCULAP modelo GN160, sem necessidade de uso manual. Permite ao profissional manter as mãos livres durante o procedimento cirúrgico, proporcionando maior precisão, segurança e controle estéril da aplicação.

Especificação do Fabricante: GN161 FOOT CONTROL FOR GN060 AND GN160.



Imagem Ilustrativa.

1.2.28 Lote 3 - Item 23 – Cabo de conexão das pinças REF. GN133, compatível com coagulador bipolar AESCULAP modelo GN160. Cabo utilizado para realizar a conexão elétrica entre a pinça bipolar e o gerador de alta frequência AESCULAP GN160, permitindo a condução da corrente para coagulação precisa de tecidos. Essencial para o funcionamento do sistema bipolar, garante segurança, compatibilidade e desempenho adequado durante procedimentos cirúrgicos.

Especificação do Fabricante: Bipolar Connecting Cable, 4m.

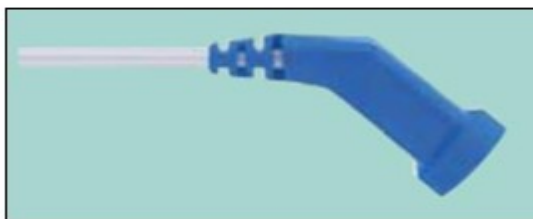


Imagem Ilustrativa.



1.2.29 ASSISTÊNCIA TÉCNICA / SUPORTE TÉCNICO

1.2.29.1 Durante a garantia a CONTRATADA deverá prestar o atendimento preferencialmente presencial, em no máximo 05 (cinco) dias úteis nos casos de acionamento para realização de manutenção corretiva e preventiva, contar da data do chamado técnico;

1.2.29.2 Caso o atendimento de manutenção não seja presencial (in-loco) e for necessário enviar o equipamento para Assistência Técnica Autorizada, os custos de transporte, deslocamento, taxas e despesas do envio equipamento (independentemente do local da assistência), será todas por conta da CONTRATADA;

1.2.30 GARANTIA

1.2.30.1 Concessão de plena garantia do Fabricante para todos acessórios, e mão de obra, contra defeitos de fabricação, a contar da data da certificação da Nota Fiscal;

1.2.30.2 Garantia plena total do Fabricante de 90 (noventa) dias;

1.2.30.3 Após finalizar das entregas, a CONTRATADA deverá fornecer Certificado de Garantia do Fabricante;

1.2.30.4 As manutenções corretivas deverão ser realizadas apenas através de Assistência Técnica Autorizada do fabricante;

1.2.30.5 Na realização das manutenções, todos os custos de deslocamento (frete, seguro, impostos, entre outros) de equipamentos, acessórios, peças e mão de obra, deverão correr por conta exclusiva da CONTRATADA;

1.2.30.6 Se durante a manutenção corretiva for constatada a necessidade de substituição de peças, a CONTRATADA deverá solucionar o problema em até 20 (vinte) dias úteis (a contar da data da visita técnica);

1.2.30.7 Caso a CONTRATADA não venha atender ao prazo definido no item anterior, a mesma deverá fornecer o mesmo item de backup igual ou similar original até a solução definitiva do problema;

1.2.30.8 Registro vigente na Anvisa;

1.2.30.9 NBR IEC 60601-1 - Equipamento eletromédicos.

1.2.31 ENTREGA E EMBALAGEM

1.2.31.1 A entrega deverá ser feita livre de despesas como: frete, embalagem, seguro, impostos, taxas, cargas e descarga, sem qualquer ônus a CONTRATANTE;

1.2.31.2 Por ocasião da entrega será obrigatório constar nas notas fiscais ou em relação específica, as quantidades entregues por lote;

1.2.31.3 Das embalagens: os produtos deverão ser entregues em embalagens que garantam sua integridade e facilite o armazenamento e a movimentação;

1.2.31.4 Nas embalagens internas e externas deverá constar quantidade, lote e validade (se aplicável);

1.3 DA PADRONIZAÇÃO

Catálogo Eletrônico de Padronização ainda não foi implantado pelo órgão responsável no Estado do Paraná. Deste modo, as descrições utilizadas no presente Termo de Referência foram elaboradas pelos profissionais técnicos competentes da área demandante, os quais atestam que as especificações técnicas do(s) objeto(s) são aquelas estritamente necessárias para a aferição da adequação do objeto ao fim a que se destina, não havendo exigências desprovidas de razoabilidade.

1.4 DO FORNECIMENTO

1.4.1 Agendar a entrega no setor de Patrimônio/Almoxarifado ou com o responsável.

1.4.2 Prazo de entrega: de 90 (noventa) dias, a contar da data da assinatura do contrato.

1.4.3 Será exigida a comprovação de originalidade dos itens ofertados, mediante apresentação do código de referência original do fabricante, devidamente impresso no corpo do próprio item, sem alterações, rasuras, remendos ou qualquer indício de adulteração, de forma a assegurar a autenticidade, procedência e compatibilidade do acessório com os equipamentos existentes, garantindo a segurança e a adequada execução contratual.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025



1.4.3.1 Considerando que o objeto da contratação consiste no fornecimento de acessórios originais de elevada especificidade técnica, destinados à utilização em equipamentos médico-hospitalares já existentes e em pleno funcionamento, torna-se necessária a exigência de comprovação de originalidade dos itens como condição para aceitação do fornecimento.

1.4.3.2 Os produtos deverão apresentar o código de referência original do fabricante, devidamente gravado ou impresso no próprio acessório, sem alterações, rasuras, remendos ou qualquer indício de adulteração, bem como serem fornecidos em embalagem original, acompanhados de manual e identificação visual da marca.

1.4.3.3 Além disso, previamente à entrega, a contratada deverá encaminhar, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, registro fotográfico dos itens, a fim de possibilitar a verificação prévia das condições de originalidade e autenticidade.

1.4.3.3.1 As imagens deverão demonstrar, de forma legível e inequívoca:

1.4.3.3.1.1 O código do fabricante gravado ou impresso no acessório;

1.4.3.3.1.2 A embalagem original do produto;

1.4.3.3.1.3 a identificação visual da marca (logotipo);

1.4.3.3.1.4 outros elementos que permitam aferir a autenticidade do item.

1.4.3.4 Poderá ser solicitada, pela Administração, a apresentação de imagens complementares ou esclarecimentos adicionais, sempre que necessário.

1.4.3.5 O aceite definitivo dos produtos ficará condicionado à validação prévia da originalidade, podendo ser recusados aqueles que não atenderem às especificações exigidas, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

1.4.4 Locais de entrega:

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA

Hospital do Trabalhador - HT

Av. República Argentina, 4406, Novo Mundo

81050-000 - Curitiba - PR

A/C Coordenador da Gerência de Engenharia Clínica

Setor: Gerência de Engenharia Clínica - GEC

Horário de Atendimento: de segunda à sexta-feira, das 8h às 16:30h

Fone: (41) 3212-5875

E-mail: eletromedicinaht@gmail.com

FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO EM SAÚDE DO PARANÁ - FUNEAS

Hospital Infantil Waldemar Monastier – HIWM

Endereço: Rua XV de Novembro 3701 - Centro Campo Largo-PR

CEP: 83.601-030

Contato: Pitter Diorginnes de Oliveira

E-mail: pitteroliveira@sesa.pr.gov.br

Telefone: (41) 3391-8122 Fax: (41) 3391-8122

Horário de entrega: Segunda à Sexta – feira das 8h às 17h.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA – UEPG - HURCG

Local: Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais – HURCG

Logradouro: Rua Professor Gabriel de Paula Machado, 601 Bairro: Uvaranas

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025



CEP: 84031-515

Cidade: Ponta Grossa/PR

Fone: (42) 3311 8329

E-mail: scmm.hu@uepg.br.

Horário de Atendimento: De segunda a sexta-feira, das 08h30min às 16h30min.

Responsável pelo recebimento: Fábio Rodrigo Miqueloto

2. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 Consta como participantes da presente licitação a Fundação Estatal de Atenção em Saúde (**FUNEAS**), Secretaria de Estado da Saúde do Paraná (**SESA**) e a Universidade Estadual de Ponta Grossa (**UEPG**). Sendo a demandante inicial da aquisição o Complexo Hospitalar do trabalhador (**CHT**), unidade vinculada a SESA, a justificativa da contratação apresentada é oriunda dessa unidade. Ainda assim, incluiu-se neste termo de referência alguns apontamentos presentes no Estudo Técnico Preliminar (ETP) apresentada pelas outras entidades participantes, sendo que a íntegra dos ETP está disponível no caderno de instrução da presente licitação, podendo ser consultada a qualquer tempo pelos interessados.

Os quantitativos presentes no Termo de Referência estão apresentados para atender aos órgãos que manifestaram interesse na participação da presente licitação, por meio do Sistema GMS. No Quadro abaixo, segue compilação da quantidade por item solicitado por órgão:

IRP 878/2025 – LOTE 1					
ITEM	CÓD GMS	DESCRIPTIVO	SESA	FUNEAS	UEPG HURCG
1	6511.108565	Peça de mão / adaptador craniótomo fixo com protetor de duramater Tamanho Médio ref. GB942R.	3	1	4
2	6511.108573	Motor craniótomo fixo tipo caneta ref. GA849.	3	1	6
3	6511.108574	Adaptador / caneta 7 cm angulado (L7) ref. GA862.	2	1	4
4	6511.108959	Adaptador / caneta 4 cm angulado (L4) ref. GA861.	2	1	6
5	6511.108575	Adaptador / caneta 13 cm angulado (L13) ref. GA864.	2	1	4
6	6511.108576	Motor com conexão estilo Hudson para trepanação ref. GA822.	2	1	2
7	6511.108577	Motor tipo serra recíproca ref. GA837.	1	1	0
8	6511.108578	Motor tipo serra sagital ref. GA836.	1	0	2
9	6511.108579	Cabo de conexão do motor ref. GA806.	1	0	2
10	6511.108580	Pedal interruptor bidirecional ref. GA808.	1	5	0
11	6511.108581	Aplicador para óleo – Elan 4 ref. GB600860.	1	1	6

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025



IRP 879/2025 – LOTE 2					
ITEM	CÓD GMS	DESCRIPTIVO	SESA	FUNEAS	UEPG HURCG
1	6515.108584	Bateria recarregável para perfurador/serra ref. GA676.	6	0	6
2	6515.108571	Passador / funil para bateria ref. GA678	3	0	2
3	6515.108585	Removedor de bateria ref. GA679.	3	0	2
4	6515.108586	Tampa de fecho do compartimento da bateria ref. GA675.	3	0	2
5	6511.108587	Mandril Jacobs Universal 1,4" com chave ref. GB667R.	3	0	4
6	6511.108588	Mandril Jacobs 0,5 até 7,4 mm ref. GB621R.	3	0	4
7	6511.108591	Adaptador para serra sagital ref. GB660R.	3	0	0
8	6511.108592	Adaptador para fios de Kirschner 0,6 a 4,0 mm ref. GB641R.	3	0	2
9	6511.108593	Óleo lubrificante 300 ml ref. GB600	2	1	20
10	6511.108594	Aplicador para óleo – Acculan 4 ref. GB600840.	1	1	10

IRP 880/2025 – LOTE 3					
ITEM	CÓD GMS	CÓD CATMAT	DESCRIPTIVO	SESA	FUNEAS
1	6511.109107	455134	Pedal redondo para coagulador ref. GN161R	1	2
2	6511.108595	455134	Cabo de conexão para pinças bipolares ref. GN133.	1	5

2.2 SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PARANÁ (SESA)

Trata-se de solicitação para AQUISIÇÃO DE ACESSÓRIOS AESCULAP, destinados ao uso exclusivo nos seguintes equipamentos médico-hospitalares atualmente em operação no Complexo

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025



Hospitalar do Trabalhador – CHT, composto pelo Hospital do Trabalhador (HT) e pelo Centro Hospitalar de Reabilitação (CHR):

- Motor Cirúrgico: utilizado em procedimentos de craniotomia e demais intervenções neurocirúrgicas de alta complexidade, possibilitando a rotação e o acionamento preciso de instrumentos como fresas e brocas.
- Perfuro-serra a bateria: empregado em cirurgias ortopédicas e traumatológicas, com atuação direta na perfuração óssea e corte de tecidos rígidos, com elevada demanda nos atendimentos de urgência e emergência.
- Coagulador bipolar: responsável pela hemostasia precisa em campo cirúrgico, por meio da coagulação controlada de vasos sanguíneos, especialmente em procedimentos neurocirúrgicos onde a precisão é vital.

O fornecimento ocorrerá sob demanda pelo período de 12 (doze) meses, por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), assegurando a disponibilidade contínua dos acessórios compatíveis e originais de fábrica. Ressalta-se que tais itens não possuem equivalentes genéricos com as mesmas especificações técnicas, sendo indispensável a utilização de peças originais da marca AESCULAP para preservar a funcionalidade, segurança, desempenho e garantia dos equipamentos.

A substituição periódica desses acessórios é essencial diante do desgaste natural causado pela frequência intensa de uso, além de eventuais danos durante procedimentos cirúrgicos. São itens não reparáveis, sendo a substituição por componentes novos e originais do fabricante a única solução viável.

Ressalta-se que, em caso de falha ou quebra dos acessórios, os equipamentos tornam-se inoperantes, o que compromete gravemente o atendimento assistencial prestado nos centros cirúrgicos das unidades hospitalares do CHT. Tal condição impactaria diretamente a realização de procedimentos eletivos e emergenciais, os quais totalizam, em média, 865 cirurgias por mês.

Hospital do Trabalhador (HT): unidade referência estadual em trauma, atua 24h com atendimento de urgência e emergência de alta complexidade, sendo especializado em cirurgias ortopédicas e neurocirúrgicas. Realiza mensalmente centenas de atendimentos decorrentes de acidentes, quedas, fraturas e politraumatismos, exigindo parque tecnológico padronizado, seguro e funcional.

Centro Hospitalar de Reabilitação (CHR): especializado na reabilitação física e no apoio a pacientes com deficiências motoras e neurológicas, também realiza procedimentos neurocirúrgicos eletivos e mutirões. Atua como unidade de suporte às demandas do CHT, especialmente em cirurgias de média e alta complexidade envolvendo crânio, coluna e sistema nervoso central.

A opção pela marca BBRAUN AESCULAP se justifica pelo fato de serem acessórios específicos, desenvolvidos exclusivamente para os equipamentos incorporados ao patrimônio da instituição, fornecidos diretamente pela fabricante. A tentativa de uso de peças alternativas ou similares, além de inviável tecnicamente, representa um risco iminente de danos aos equipamentos, gerando custos adicionais indevidos sem solucionar a indisponibilidade funcional.

Acerca do quantitativo:

- Lote 01 Lote 01 destinado à 1 (um) Motor Cirúrgico;
- Lote 02 destinado à 3 (três) Perfuradores/serras;
- Lote 03 destinado à 1 (um) coagulador bipolar;

LOTE 01

- Item 01 ao 02 - São 02 (duas) de unidades, sendo 1 por equipamento ao longo de 06 (seis) meses por já ter ocorrido quebra neste tipo de acessórios em período menor de 12 (meses) e 01 (uma) de reserva técnica, totalizando 03 (três) unidades, destaca-se que a ausência destes inviabiliza o uso equipamento;
- Item 03 ao 06 – Trata-se de 01 (uma) unidade por equipamento ao longo de 12 (doze) meses e 01 (uma) de reserva técnica, totalizando 02 (duas) unidades ao total.
- Itens 07 ao 11 – Trata-se de 01 (uma) unidade ao longo de 12 (doze) meses para cada equipamento, não tem histórico de substituição, porém é imprevisível estes itens em caso de danos.

LOTE 02

- Item 12 – Cada equipamento demanda de 02 (duas) unidades à disposição durante o desenvolvimento do procedimento cirúrgico, deste modo, destinado a aquisição de 02 (duas) unidades por equipamento ao longo de 12 (doze) meses;

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025



- Itens 13 ao 19 – Previsionado 01 (uma) unidade ao longo de 12 (doze) meses para cada equipamento, não tem histórico de substituição, porém é imprevisível estes itens em caso de danos.

- Itens 20 e 21 – são utilizados para lubrificação dos itens durante o procedimento de limpeza e desinfecção ao serem preparados para o próximo procedimento, sendo provisionado 02 (duas) unidades do item 09, sendo 01 (uma) de reserva técnica e 01 (uma) unidade do item 10 para o período de 12 (doze) meses.

LOTE 03

- Itens 22 e 23 – é 01 (uma) unidade para cada equipamento ao longo de 12 (doze) meses, não tem histórico de substituição, porém é imprevisível estes itens em caso de dano.

Adicionalmente, a durabilidade dos itens está diretamente vinculada à intensidade de uso clínico, não havendo por parte do fabricante, uma periodicidade predefinida de substituição. A aquisição visa, portanto, garantir resposta imediata a eventual falha, evitando interrupções nos serviços assistenciais e assegurando a plena operação dos equipamentos, conforme exigência técnica e responsabilidade clínica com a população atendida.

Diante do exposto, resta evidente e imprescindível a necessidade da AQUISIÇÃO DE ACESSÓRIOS BBRAUN AESCULAP, através de processo por SRP, com fornecimento sob demanda, visando a plena disponibilidade e funcionalidades operacionais dos equipamentos referenciados como um todo, afim de proporcionar o adequado acompanhamento dos pacientes atendidos no Hospital do Trabalhador – HT e Centro Hospitalar de Reabilitação – CHR.

2.3 FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO EM SAÚDE (FUNEDAS)

Os procedimentos cirúrgicos ortopédicos e de trauma exigem equipamentos de alta precisão e confiabilidade para garantir eficiência, segurança e rapidez na execução das técnicas. Os perfuradores e a serra óssea elétrica a bateria são essenciais para o suporte cirúrgico, permitindo intervenções com maior controle, menor risco e melhor recuperação para o paciente.

- ✓ Apoio a Procedimentos Ortopédicos e de Trauma
- ✓ Maior Precisão e Agilidade Cirúrgica
- ✓ Redução de Riscos Intraoperatórios
- ✓ Melhoria nos Resultados Assistenciais

Dessa forma, a aquisição dos perfuradores e da serra óssea elétrica a bateria é indispensável para a manutenção da qualidade e da resolutividade nos atendimentos cirúrgicos, garantindo suporte adequado às equipes médicas, alinhamento às boas práticas assistenciais e maior segurança aos pacientes submetidos a procedimentos ortopédicos e de alta complexidade.

A definição da quantidade a ser adquirida foi estabelecida pela Diretoria Técnica, que avaliou as demandas assistenciais e a disponibilidade atual de equipamentos. Considerando tratar-se de bem permanente, sem registro de consumo periódico que sirva como referência objetiva, a quantificação foi determinada com base no conhecimento técnico e na necessidade real de utilização nos procedimentos cirúrgicos da rede hospitalar. Consta nas fls. 689-692, mov. 37, as tabelas com a memória de cálculo da FUNEDAS.

A aquisição de perfuradores e serra óssea elétrica a bateria é estratégica para suprir as necessidades assistenciais da rede hospitalar, garantindo maior eficiência, segurança e qualidade nos procedimentos cirúrgicos. A disponibilidade desses equipamentos é fundamental para o fortalecimento da capacidade de resposta em cenários de urgência e alta complexidade.

- ✓ Adequação às Necessidades Assistenciais da Rede
- ✓ Maior Eficiência e Segurança nos Procedimentos
- ✓ Atendimento a Demandas de Alta Complexidade
- ✓ Alinhamento às Diretrizes Técnicas e Assistenciais

Assim, a contratação mostra-se plenamente adequada e necessária para assegurar o desempenho assistencial da instituição, proporcionando maior resolutividade nas intervenções cirúrgicas e contribuindo para a melhoria contínua da qualidade do atendimento prestado à população.

2.4 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA (UEPG)

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025



A Seção de Materiais Médico e Tecnovigilância (SCMMT), no uso de suas atribuições legais e, considerando que é responsável pelo fornecimento de aquisição de acessórios para motor cirúrgico, perfuradores e serras a bateria e coagulador da marca para atender a estrutura total das unidades hospitalares atendidas no Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais (HU-UEPG), Hospital Materno Infantil (HUMAI) e Ambulatório Universitário Amadeu Puppi, os quais são 100% regulados pela Central Estadual de Regulação, através do Sistema GSUS. Além disso, estas unidades também desenvolvem atendimentos ambulatoriais de saúde especializada no atendimento de média e alta complexidade, além de Diagnósticos de imagem, totalmente voltados para os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), integrando a rede de hospitais públicos, sendo estes referências na região com alta demanda de atendimento, necessitam de materiais de fácil aplicação que poderão melhorar o atendimento, tornando este mais rápido.

A peça de mão ou adaptador craniótomo fixo com protetor de duramáter é um componente essencial utilizado em neurocirurgias, especialmente nos procedimentos de craniotomia. Seu objetivo principal é permitir a realização de cortes precisos no osso craniano, garantindo maior segurança para as estruturas intracranianas. O protetor de duramáter incorporado ao dispositivo tem a função de evitar lesões acidentais à membrana dural durante o processo de abertura óssea, reduzindo significativamente o risco de perfuração ou dano à meninge.

O motor craniótomo fixo tipo caneta é um equipamento cirúrgico utilizado em neurocirurgias para a realização de craniotomias, ou seja, a abertura controlada do osso craniano. Seu design em formato de caneta permite melhor ergonomia, precisão e firmeza durante o manuseio pelo cirurgião. Este motor é projetado para acoplar diferentes peças de mão e adaptadores, possibilitando cortes ósseos seguros e padronizados. Por ser do tipo fixo, garante estabilidade na velocidade e torque, assegurando eficiência e confiabilidade durante o procedimento.

O adaptador, também denominado caneta cirúrgica angulada de 7 cm, é um acessório utilizado em conjunto com motores cirúrgicos de alta rotação, especialmente em procedimentos de craniotomia. Sua principal característica é o formato angulado, que facilita o acesso a regiões anatômicas de difícil alcance, proporcionando maior precisão e segurança nos cortes ósseos.

A finalidade do adaptador/caneta angulado de 7 cm é otimizar a execução de procedimentos neurocirúrgicos, trazendo benefícios como: facilitar o alcance de regiões ósseas menos acessíveis em linha reta. Reduzir o risco de lesão em estruturas intracranianas delicadas. Melhorar a ergonomia e o conforto do cirurgião durante a operação. Garantir cortes ósseos mais seguros, regulares e previsíveis.

O adaptador, também conhecido como caneta cirúrgica angulada de 4 cm, é um acessório utilizado em conjunto com motores de craniotomia. Ele serve como peça intermediária entre o motor e as brocas ou lâminas de corte, possibilitando a realização de procedimentos ósseos de forma segura e precisa. Sua principal característica é o formato angulado em tamanho reduzido (4 cm), que favorece o acesso a áreas mais restritas e delicadas da anatomia craniana. Essa configuração permite maior controle dos movimentos, proporcionando cortes regulares e protegendo estruturas intracranianas sensíveis, como a duramáter.

O adaptador/caneta 13 cm angulado, é um acessório utilizado em conjunto com motores cirúrgicos de alta precisão, especialmente em procedimentos de neurocirurgia e ortopedia. Trata-se de uma peça de mão projetada para garantir acesso adequado a regiões específicas durante o corte ou perfuração de estruturas ósseas, oferecendo ao cirurgião maior controle, ergonomia e segurança no manuseio. Sua finalidade é otimizar a performance do sistema motorizado, assegurando um corte eficaz, com menor risco de desvios, e garantindo maior conforto ao profissional.

O motor com conexão estilo Hudson para trepanação é um equipamento cirúrgico desenvolvido para acoplar instrumentos específicos de corte, perfuração e trepanação utilizados em procedimentos de neurocirurgia. O sistema de conexão padrão Hudson garante compatibilidade com diferentes acessórios, permitindo a realização de aberturas precisas no osso craniano de forma segura e controlada.

O motor tipo serra sagital é um equipamento cirúrgico motorizado utilizado em procedimentos ortopédicos, traumatológicos e em algumas cirurgias neurológicas. Ele é projetado para realizar cortes ósseos precisos por meio de uma lâmina que se movimenta em padrão de vaivém (sagital), garantindo maior controle e segurança durante a execução do corte. Sua finalidade é otimizar o ato cirúrgico, permitindo cortes retos, regulares e controlados, reduzindo o risco de danos a tecidos adjacentes e contribuindo para melhores resultados pós-operatórios. Além disso, seu design ergonômico e a movimentação sagital da



lâmina oferecem maior segurança ao paciente e praticidade ao profissional. O cabo de conexão do motor é um componente essencial dos sistemas de motores cirúrgicos, responsável por estabelecer a ligação elétrica e funcional entre a unidade motora e o console ou fonte de energia. Trata-se de um acessório projetado para transmitir com segurança a potência necessária ao funcionamento do motor, garantindo desempenho adequado durante os procedimentos cirúrgicos.

O aplicador para óleo Elan 4 é um acessório desenvolvido para realizar a lubrificação adequada de motores, peças de mão e demais componentes de sistemas cirúrgicos motorizados. Ele é projetado para administrar a quantidade correta de óleo lubrificante nos pontos específicos, garantindo o funcionamento suave, a conservação e a durabilidade dos equipamentos. Sua finalidade é prolongar a vida útil dos motores e acessórios, preservar o desempenho original dos equipamentos e evitar falhas durante os procedimentos cirúrgicos.

A bateria recarregável para perfurador/serra é um componente indispensável para o funcionamento autônomo de sistemas cirúrgicos motorizados, como perfuradores e serras ortopédicas. Projetada para fornecer energia elétrica de forma contínua e estável, essa bateria garante mobilidade, praticidade e segurança durante os procedimentos cirúrgicos, eliminando a necessidade de cabos de energia conectados diretamente à rede elétrica.

O passador/funil para bateria é um acessório utilizado em conjunto com sistemas de motores cirúrgicos a bateria. Sua função principal é possibilitar a introdução, fixação e retirada segura das baterias recarregáveis no corpo do equipamento, garantindo encaixe correto e protegido contra danos durante o manuseio.

O removedor de bateria é um acessório específico desenvolvido para auxiliar na retirada das baterias utilizadas em sistemas cirúrgicos motorizados, como perfuradores e serras ortopédicas. Trata-se de uma ferramenta prática e segura que evita danos ao equipamento e à própria bateria durante o processo de remoção.

A tampa de fecho do compartimento da bateria é um componente utilizado em sistemas de motores cirúrgicos a bateria, responsável por vedar, proteger e manter firmemente fixada a bateria dentro do equipamento. Projetada para garantir segurança e estabilidade, essa tampa assegura que a bateria permaneça corretamente posicionada durante todo o procedimento cirúrgico.

O mandril Jacobs Universal 1,4" com chave é um acessório utilizado em motores e perfuradores cirúrgicos, projetado para fixar com segurança diferentes tipos de brocas, pinos e acessórios de corte. Trata-se de um sistema de fixação mecânica que, por meio do uso da chave, garante aperto firme e centralizado, evitando deslizamentos durante os procedimentos.

O Mandril Jacobs 0,5 até 7,4 mm é um acessório utilizado em motores e perfuradores cirúrgicos, destinado à fixação segura de brocas, pinos e outros instrumentos rotativos de diferentes diâmetros. Ele permite acomodar ferramentas com medidas entre 0,5 mm e 7,4 mm, oferecendo versatilidade e precisão no manuseio durante procedimentos cirúrgicos. Sua finalidade é assegurar estabilidade, precisão e segurança no uso dos instrumentos cirúrgicos, evitando deslizamentos ou falhas durante o procedimento.

O adaptador para serra sagital é um acessório projetado para conectar a serra sagital a motores cirúrgicos, permitindo seu uso de forma eficiente e segura em procedimentos ortopédicos e traumatológicos. Ele garante compatibilidade entre diferentes componentes do sistema motorizado, proporcionando estabilidade e controle durante os cortes ósseos.

O adaptador para fios de Kirschner 0,6 a 4,0 mm é um acessório utilizado em sistemas de perfuradores cirúrgicos, projetado para permitir a fixação segura de fios de Kirschner com diâmetros variando entre 0,6 mm e 4,0 mm. Esse adaptador facilita a aplicação precisa dos fios em procedimentos ortopédicos, como fixação de fraturas, osteossíntese e correção de deformidades ósseas.

O óleo lubrificante 300 ml é um produto desenvolvido para manutenção preventiva de motores e peças de mão cirúrgicas. Ele é utilizado para reduzir o atrito entre componentes móveis, garantindo o funcionamento suave, seguro e eficiente dos equipamentos motorizados.

O Aplicador para óleo Acullan 4 é um acessório desenvolvido para a manutenção de motores e peças de mão cirúrgicas do sistema Acculan 4. Ele permite a aplicação precisa do óleo lubrificante nos pontos específicos dos instrumentos, garantindo que todas as partes móveis recebam a lubrificação adequada.



Tendo em vista a aquisição prévia de 5 unidades do equipamento motor elétrico Elan 04, da marca Aesculap, distribuídas entre as unidades do HU e do HUMAI, sendo a primeira por meio do Pregão 31/2018, a segunda através do Pregão 121/2020 e as outras três unidades adquiridas no Pregão 48/2023, como também, dispõe atualmente de uma unidade de do equipamento perfurador ósseo da marca Aesculap e que a presente aquisição, por meio Sistema de Registro de Preços (SRP), serão destinados ao Hospital Universitário da UEPG (HU-UEPG). Tais acessórios, devido ao uso contínuo e a alta demanda de procedimentos, apresentam um desgaste notável, o que é natural já que os equipamentos são usados frequentemente. A compra destes itens contribuirá diretamente para a excelência na realização de cirurgias complexas e no tratamento especializado, atendendo com mais eficiência às demandas da população assistida. Esses acessórios são essenciais para garantir precisão, controle e segurança em cortes e perfurações necessários em tratamentos ortopédicos, neurocirúrgicos e outras especialidades médicas. Quando usados corretamente, são fundamentais para o sucesso de diversas cirurgias, contribuindo para uma recuperação mais rápida e com menos complicações para os pacientes.

Justifica-se a aquisição destes acessórios, para compor os equipamentos alocados na instituição, mantendo o pleno funcionamento, ampliando o atendimento, suprimindo a substituição caso haja necessidade e aumentando a qualidade em procedimentos e atendimento aos pacientes.

A solicitação foi realizada pela equipe de Centro Cirúrgico do Hospital Universitário (HU), em virtude do desgaste significativo dos acessórios dos equipamentos atualmente em uso. Essa situação evidenciou a necessidade de aquisição de novos acessórios, com o objetivo de garantir a segurança dos pacientes, bem como a preservação da saúde, das condições de trabalho dos profissionais envolvidos e até mesmo na preservação do equipamento, que com a troca de acessórios, impedira o forçamento do equipamento.

Dessa forma, a incorporação de novos acessórios trará diversos benefícios, como maior mobilidade, flexibilidade e eficiência durante os procedimentos cirúrgicos. Trata-se, portanto, de ferramentas essenciais para a otimização do fluxo de trabalho e para a manutenção da qualidade do atendimento prestado em diferentes contextos clínicos. Consta na fls. 706, mov. 38, a tabela com a memória de cálculo do HU-UEPG.

Verificou-se no sistema GMS que não existe Ata de Registro de Preço vigente para os objetos do futuro certame.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1 Descrição do objeto da contratação / especificações técnicas:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO
01	1	Peça de mão / adaptador craniótomo fixo com protetor de duramater Tamanho Médio ref. GB942R.
01	2	Motor craniótomo fixo tipo caneta ref. GA849.
01	3	Adaptador / caneta 7 cm angulado (L7) ref. GA862.
01	4	Adaptador / caneta 4 cm angulado (L4) ref. GA861.
01	5	Adaptador / caneta 13 cm angulado (L13) ref. GA864.
01	6	Motor com conexão estilo Hudson para trepanação ref. GA822.
01	7	Motor tipo serra reciprocante ref. GA837.
01	8	Motor tipo serra sagital ref. GA836.
01	9	Cabo de conexão do motor ref. GA806.
01	10	Pedal interruptor bidirecional ref. GA808.
01	11	Aplicador para óleo – Elan 4 ref. GB600860.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025



LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO
02	12	Bateria recarregável para perfurador/serra ref. GA676.
02	13	Passador / funil para bateria ref. GA678.
02	14	Removedor de bateria ref. GA679.
02	15	Tampa de fecho do compartimento da bateria ref. GA675.
02	16	Mandril Jacobs Universal 1,4” com chave ref. GB667R.
02	17	Mandril Jacobs 0,5 até 7,4 mm ref. GB621R.
02	18	Adaptador para serra sagital ref. GB660R.
02	19	Adaptador para fios de Kirschner 0,6 a 4,0 mm ref. GB641R.
02	20	Óleo lubrificante 300 ml ref. GB600.
02	21	Aplicador para óleo – Acculan 4 ref. GB600840.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO
03	22	Pedal redondo para coagulador ref. GN161R.
03	23	Cabo de conexão para pinças bipolares ref. GN133.

3.2 ASSISTÊNCIA TÉCNICA / SUPORTE TÉCNICO

3.2.1 Durante a garantia a CONTRATADA deverá prestar o atendimento preferencialmente presencial, em no máximo 05 (cinco) dias úteis nos casos de acionamento para realização de manutenção corretiva e preventiva, contar da data do chamado técnico;

3.2.2 Caso o atendimento de manutenção não seja presencial (in-loco) e for necessário enviar o equipamento para Assistência Técnica Autorizada, os custos de transporte, deslocamento, taxas e despesas do envio equipamento (independentemente do local da assistência), será todas por conta da CONTRATADA;

3.3 GARANTIA

3.3.1 Concessão de plena garantia do Fabricante para todos acessórios, e mão de obra, contra defeitos de fabricação, a contar da data da certificação da Nota Fiscal;

3.3.2 Garantia plena total do Fabricante de 90 (noventa) dias;

3.3.3 As manutenções corretivas deverão ser realizadas apenas através de Assistência Técnica Autorizada do fabricante;

3.3.4 Na realização das manutenções, todos os custos de deslocamento (frete, seguro, impostos, entre outros) de equipamentos, acessórios, peças e mão de obra, deverão correr por conta exclusiva da CONTRATADA;

3.3.5 Se durante a manutenção corretiva for constatada a necessidade de substituição de peças, a CONTRATADA deverá solucionar o problema em até 20 (vinte) dias úteis (a contar da data da visita técnica);

3.4 NORMAS, REGISTROS E CERTIFICAÇÕES

3.4.1 Registro vigente na Anvisa;

3.4.2 NBR IEC 60601-1 - Equipamento eletromédicos.

3.5 Prazo de entrega: até 90 (noventa) dias, contados a partir da emissão da assinatura do contrato.

3.6 Forma de entrega ou execução do serviço: Entrega livre de despesas à contratante (frete, seguro, impostos, descarregamento, entre outros); Embalagens internas e externas devem conter lote, quantidade e validade, quando aplicável.

3.7 Ciclo de vida do objeto / descrição das responsabilidades envolvidas em cada etapa:



3.7.1 Custos iniciais: Não se aplicam custos de instalação ou infraestrutura – trata-se de fornecimento de acessórios já compatíveis com equipamentos existentes.

3.7.2 Detalhes referentes a logística de entrega: consta no item 1.4.4 os locais de entrega dos órgãos participantes.

3.7.3 Operação e Manutenção:

3.7.3.1 Os acessórios são de uso clínico direto, não requerem instalação, mas exigem compatibilidade exata com os equipamentos AESCULAP.

3.7.4 Atualização ou Modernização: Não aplicável – acessórios de uso específico, sem necessidade de atualização tecnológica ao longo da vigência.

3.7.5 Descarte, Desativação ou Recolhimento: Itens com defeito ou avariados poderão ser recolhidos pela CONTRATADA dentro da política de garantia;

4 PESQUISA DE PREÇOS

3.1 Atesta-se que a pesquisa de preço foi realizada em conformidade ao artigo 296, 368, 369 e 370 do Decreto Estadual 10.086/2022. Os meios utilizados para a composição da cesta de preços, visando aferir o preço de mercado com a maior amplitude possível de fontes, foram:

I - Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços, nos bancos de preços do Sistema GMS, ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP):

(X) Painel de consulta de preços (<https://paineldepregos.planejamento.gov.br/>)

(X) Banco de Preços em Saúde (https://infoms.saude.gov.br/extensions/SEIDIGI_DEMAS_BPS/SEIDIGI_DEMAS_BPS.html)

(X) Módulo Pesquisa de Preços do compras.gov

- Data da consulta: 06/11/2025

- Período temporal utilizado: de 06/11/2025 até 06/11/2025

- Recorte geográfico utilizado: (X) Nacional

- Parâmetro estatístico adotado: (X) Mediana

OBS: O GMS não possui a funcionalidade de “banco de preços” atualmente.

II - Preços praticados em contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período máximo de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente:

Portais utilizados para as buscas:

(X) Sistema GMS (www.gms.pr.gov.br)

(X) Portal da Transparência do Paraná (www.transparencia.pr.gov.br – Módulo “Compras” > “Licitações” / ou “Contratos” / ou “Preços Registrados”)

(X) Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (<https://pncp.gov.br> – Módulo “Contratações” > “Editais” / ou “Atas de Registro de Preços” / ou “Contratos”)

- Data da consulta: 06/11/2025

- Período temporal utilizado: de 06/11/2025 até 06/11/2025

- Recorte geográfico utilizado: (X) Nacional

IV - Pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores ou prestadores de serviços, conforme o caso, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores:

a) Como foram selecionados os contatos dos fornecedores do ramo?

(X) Histórico de compras anteriores

(X) Busca livre na internet

b) Quantidade de contatos de fornecedores selecionados para envio da pesquisa de preço: 250



c) Justificativa da escolha dos fornecedores selecionados:

(X) O fornecedor já prestou serviços semelhantes para órgãos públicos, garantindo qualidade e cumprimento dos prazos.

(X) Foram selecionados fornecedores de diferentes portes e regiões para garantir representatividade do mercado.

d) Forma de contato: (X) e-mail (X) telefone

e) Período de duração da pesquisa de preços: 40 dias

f) Documentos enviados juntamente com o pedido de cotação (x) Outro: carta proposta

g) Quantidade de cotações recebidas: 01

h) Quantidade de negativas de cotações recebidas: 20

i) Quantidade de fornecedores que não responderam: 229

j) Conferência das cotações recebidas:

- O descritivo técnico condiz com o objeto a ser adquirido/contratado? (x) Sim

- A quantidade está correta? (x) Sim

- A proposta está válida? (x) Sim

- A proposta está assinada? (x) Sim

No que se refere à pesquisa de preços para a contratação de acessórios destinados a equipamentos médico-hospitalares da marca Aesculap, ressalta-se que não foi possível a obtenção do quantitativo mínimo de três orçamentos, em razão da natureza altamente especializada do objeto.

Os acessórios Aesculap são componentes de elevada especificidade técnica, desenvolvidos para uso exclusivo em equipamentos cirúrgicos com tecnologia própria, exigindo compatibilidade integral com os sistemas instalados, observância rigorosa às especificações do fabricante e manutenção da segurança operacional e da garantia dos equipamentos.

Ressalta-se, contudo, que foram considerados todos os demais parâmetros de análise cabíveis, a saber:

I – Pesquisa de atas de registro de preços vigentes no sistema “Gestão de Materiais e Serviços” (GMS);

II – Pesquisa no Banco de Preços;

III – Pesquisa direta com fornecedores;

IV – Pesquisa no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

V – Pesquisa no Notas Paraná;

VI – Consulta ao Portal da Transparência do Paraná.

Em conformidade com o inciso VI do §1º do artigo 18 da Lei nº 14.133/2021, foi realizada pesquisa de preços detalhada, com o objetivo de complementar o levantamento e assegurar a adequada formação do mapa de preços. Apesar das diligências realizadas, apenas um fornecedor apresentou proposta comercial válida.

Dessa forma, diante da especificidade técnica dos acessórios, da limitação objetiva de fornecedores aptos e das exigências de compatibilidade com os equipamentos em uso, entende-se justificada a impossibilidade de obtenção de três orçamentos distintos, tendo sido observados todos os parâmetros legais de pesquisa de preços previstos na Lei nº 14.133/2021.

Optou-se pelo Menor preço devido ao mercado do objeto a ser contratado ser restrito e/ou oligopolizado, com poucos fornecedores e preços similares. Além disso, nestes casos o menor preços pode refletir com maior precisão o valor de mercado.

5 PARCELAMENTO DO OBJETO

5.1 O objeto será dividido em 03 (três) lotes distintos, conforme detalhamento a seguir:



Lote	Descrição	Qtde. de Itens
01	Acessórios para motor cirúrgico ELAN 4	11 itens
02	Acessórios para perfuradores ACCULAN 4	10 itens
03	Acessórios para coagulador bipolar GN160	2 itens

5.2 Essa estruturação visa assegurar a máxima eficiência técnica e contratual, respeitando a compatibilidade funcional e o perfil de fornecimento de mercado.

5.3 Será adotado o parcelamento do lote por item, sendo que cada descritivo técnico corresponderá a um único lote.

5.3.1 Garante maior competitividade ao permitir a participação de fornecedores especializados em cada modalidade.

5.3.2 Permite padronização dos itens e de cada contrato.

5.3.3 Otimiza a gestão contratual por parte da Administração.

5.4 O parcelamento foi realizado por linha de equipamento (motorização cirúrgica ELAN 4, sistema portátil ACCULAN 4 e coagulador GN160) mostra-se técnica e economicamente viável, pois:

5.4.1 Não compromete a padronização ou o desempenho da solução pretendida;

5.4.2 Amplia a competitividade do certame ao permitir a participação de fornecedores especializados em cada grupo de produtos;

5.4.3 Facilita o controle de entrega, conferência e aplicação dos acessórios conforme a linha compatível;

6 SUSTENTABILIDADE

O contratado adotará as seguintes práticas e/ou critérios de sustentabilidade, baseado nos artigos 361 a 364 do Decreto 10.086/2022:

(X) maior vida útil e menor custo de manutenção do bem;

(X) uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

(X) que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

(X) que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

OBS: Caberá ao contratado tanto na aquisição de bens, quanto na prestação de serviços, apresentar declaração de atendimento e responsabilização com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao Poder Público, assumindo a responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada.

Adicionalmente, a presente contratação contribui para a redução de impactos ambientais ao priorizar a reposição de acessórios, evitando a substituição integral de equipamentos ainda funcionais, o que reduziria significativamente a geração de resíduos hospitalares e eletrônicos.

7. CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Na presente contratação não será possível adotar o tratamento previsto no art. 48, (I / III) da Lei Complementar nº123/2006 para Microempresas e empresas de pequeno porte.



O afastamento das regras fundamenta-se na(s) situação(ões) elencada(s) no(s) inciso(s) (II / III) do art. 49 da citada Lei:

I – não houver um mínimo de 03 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados no local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

II – o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a Administração ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

Justificativa:

Na presente contratação, não será possível adotar o tratamento diferenciado previsto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, em razão da escassez de fornecedores enquadrados como microempresas e empresas de pequeno porte capazes de atender integralmente às exigências técnicas e operacionais do objeto, inexistindo o mínimo de 03 (três) fornecedores competitivos, conforme disposto no art. 49, inciso II, da referida Lei.

Além disso, a aplicação do tratamento diferenciado não se mostra vantajosa para a Administração, nos termos do art. 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, uma vez que poderia resultar em prejuízo ao conjunto do objeto contratado, com riscos à padronização, à compatibilidade técnica e à continuidade da prestação dos serviços.

Por fim, o afastamento das regras do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 encontra respaldo no art. 120 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, que autoriza a não aplicação do tratamento diferenciado quando demonstrada a inviabilidade técnica ou a ausência de vantajosidade, assegurando a seleção da proposta mais adequada ao interesse público.

Nessa esteira, o Decreto Estadual 10.086/2022 também estabelece o afastamento do tratamento privilegiado destinado às ME e EPP, como se vê, nos seguintes casos:

Art. 120. Não se aplica o disposto nos arts. 117 a 119 deste Regulamento quando:

I - não houver um mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório; (...)

II - o tratamento diferenciado e simplificado não for vantajoso para a administração ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

§ 2º Para a comprovação do disposto no inciso I do caput deste artigo, poderão ser adotadas as seguintes justificativas: (...) II - ausência de participação efetiva de um mínimo de 3 (três) beneficiários do tratamento diferenciado sediadas local ou regionalmente em licitação com o mesmo objeto e na mesma região;

8 CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS

O(s) objeto(s) dessa licitação é(são) classificado(s) como bem(ns) comum(ns), pois possui(em) especificação(ões) usual(is) de mercado e padrão(ões) de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

9. DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

9.1. O prazo de entrega dos bens é de 90 (noventa) dias, contados da assinatura do contrato, no endereço indicado no Anexo VI deste edital.

9.2 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

9.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



9.4 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

9.4.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9.6 o Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto nos endereços relacionados no Anexo VI deste edital, conforme as condições e as necessidades do licitante.

9.7 Os critérios para o recebimento estão especificados no item 7 do Anexo VIII (minuta do contrato).

10 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

10.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5 indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.6 manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7 manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.8 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.9 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.9.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.9.2 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.9.3 aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.1.10 Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista no Art. 92, inciso XVII, da Lei Federal 14.133/2021, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

10.1.11 Durante a garantia a CONTRATADA deverá prestar o atendimento preferencialmente presencial, em no máximo 05 (cinco) dias úteis nos casos de acionamento para realização de manutenção corretiva e preventiva, contar da data do chamado técnico;

10.1.12 Caso o atendimento de manutenção não seja presencial (in-loco) e for necessário enviar o equipamento para Assistência Técnica Autorizada, os custos de transporte, deslocamento, taxas e despesas do envio equipamento (independentemente do local da assistência), será todas por conta da CONTRATADA;



10.1.13 Concessão de plena garantia do Fabricante para todos acessórios, e mão de obra, contra defeitos de fabricação, a contar da data da certificação da Nota Fiscal;

10.1.14 Após finalizar das entregas, a CONTRATADA deverá fornecer Certificado de Garantia do Fabricante;

10.1.15 As manutenções corretivas deverão ser realizadas apenas através de Assistência Técnica Autorizada do fabricante;

10.1.16 Na realização das manutenções, todos os custos de deslocamento (frete, seguro, impostos, entre outros) de equipamentos, acessórios, peças e mão de obra, deverão correr por conta exclusiva da CONTRATADA;

10.1.17 Se durante a manutenção corretiva for constatada a necessidade de substituição de peças, a CONTRATADA deverá solucionar o problema em até 20 (vinte) dias úteis (a contar da data da visita técnica);

10.1.18 Caso a CONTRATADA não venha atender ao prazo definido no item anterior, a mesma deverá fornecer o mesmo item de backup igual ou similar original até a solução definitiva do problema;

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6 efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

10.2.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

11 FORMA DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.



11.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

11.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 13.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

11.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

11.4 Para a **SESA** as notas fiscais devem ser emitidas em nome do Fundo Estadual de Saúde, CNPJ: 08.597.121/0001-74, Rua Piquiri 170, Rebouças, constando número da licitação, lote/item e validade dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

11.4.1 Para as vendas a serem realizadas para **FUNEAS**, as notas fiscais devem ser emitidas em nome da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná, CNPJ 24.039.073/0001-55, Rua do Rosário, 144, 10º andar, Curitiba/PR, constando número da licitação, lote/item e validade dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

11.4.2 Para as vendas a serem realizadas pela **HU-UEPG**, as notas fiscais devem ser emitidas em nome do Fundo Estadual de Saúde, CNPJ 08.597.121/0001-74, Rua Piquiri 170, Rebouças, Curitiba/PR, constando número da licitação, lote/item e validade dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

11.5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

12.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

12.2 Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

12.3 Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no Anexo II deste edital:

12.3.1 Prova de atendimento aos requisitos de qualificação técnica prevista no art. 67 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

12.3.2 1 (um) ou mais atestados de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão do licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o(s) lote(s) arrematado(s).

12.3.3 Entende-se por compatibilidade das características e quantidades, o fornecimento do objeto deste processo em quantidade de no mínimo 20 % (vinte por cento), em relação a quantidade exigida para a parcela de maior relevância do presente processo:

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025



- Lote 1, itens: 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 10.

- Lote 2, itens: 1, 4, 5, 6, 7, 8 e 9.

- Lote 3, itens: 1 e 2.

Considerando que se trata de fornecimento de acessórios técnicos específicos, com impacto direto na continuidade de procedimentos cirúrgicos de alta complexidade (craniotomia, ortopedia e neurocirurgia), e que a ausência ou falha nesses insumos compromete a operação dos equipamentos, torna-se imprescindível que os fornecedores possuam experiência comprovada e capacidade técnica adequada.

12.3.3.1 Para atendimento do quantitativo exigido no subitem anterior, será permitido o somatório de atestados de capacidade técnica.

12.4 Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

12.4.1 Valor global: R\$ 3. 292.112,80 (Três milhões, duzentos e noventa e dois mil, cento e doze reais e oitenta centavos).

12.4.2 Valores unitários: conforme planilha de composição no item 1.1 do objeto.

12.5 O critério de julgamento da proposta está definido no item 2 das Condições Específicas do Pregão.

12.6 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

12.7 É permitido o registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação.

13 ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13.2 A alteração subjetiva a que se refere o item 13.1 deverá ser formalizada por termo aditivo ao contrato.

14.SUBCONTRATAÇÃO

14.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14.2 A não aceitação da subcontratação do objeto licitatório se justifica, em primeiro lugar, pela necessidade de assegurar total compatibilidade técnica entre os acessórios adquiridos e os equipamentos médico-hospitalares aos quais se destinam – motores cirúrgicos, perfuro-serras a bateria e coaguladores bipolares da marca BBRAUN AESCULAP. Tais equipamentos são essenciais para o atendimento direto aos pacientes nas diversas unidades do Complexo Hospitalar do Trabalhador – CHT, composto pelo Hospital do Trabalhador (HT) e pelo Centro Hospitalar de Reabilitação (CHR), abrangendo áreas críticas como centros cirúrgicos e atendimentos de urgência e emergência, com elevado volume de procedimentos mensais.

14.3 A aquisição de acessórios por fornecedores distintos pode comprometer a uniformidade dos padrões técnicos exigidos pelo fabricante dos equipamentos originais, resultando em risco de incompatibilidades, falhas operacionais e prejuízos à assistência prestada. A integridade funcional dos equipamentos depende da utilização de itens específicos, originais de fábrica e devidamente homologados, desenvolvidos exclusivamente para os modelos em uso, inexistindo equivalentes genéricos com as mesmas especificações técnicas, o que reforça a necessidade de fornecimento por empresas que garantam originalidade, rastreabilidade e plena aderência técnica ao objeto contratado.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

Não se faz necessário, neste caso concreto, pois se trata de aquisição de bens e que seu pagamento só será realizado após a efetivação da entrega, não correndo, assim, qualquer risco à administração de não execução contratual.



16 VIGÊNCIA:

16.1 Da vigência da ata de registro de preços.

16.1.1 A ata de registro de preços terá vigência de um ano, passível de prorrogação por igual período.

16.1.2 O prazo de vigência inicial conta-se a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas.

16.1.3 Na prorrogação da vigência inicial da ata de registro de preços pode haver a renovação dos quantitativos registrados em relação a cada item, até o limite do quantitativo original.

16.1.4 A prorrogação independe da existência de saldo em relação aos itens que a compõem

16.2 O prazo de prorrogação é uno, observado o seguinte:

16.2.1 admite-se a prorrogação antecipada da ata quando houver o esgotamento de, ao menos, um de seus itens;

16.2.2 a prorrogação de um item implica prorrogação dos demais, na mesma data;

16.2.3 a prorrogação da ata em relação a item cujo saldo tenha esgotado implica na prorrogação da ata em relação aos demais, na mesma data;

16.2.4 havendo prorrogação antecipada, o prazo de um ano conta-se a partir daquela data, aplicando-se para todos os itens.

16.3 O ato de prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

16.3.1 comprovação que as condições previstas e os preços registrados permanecem vantajosos;

16.3.2 - indicação expressa do termo inicial e final do prazo de prorrogação e do quantitativo renovado em relação a cada item, que poderá ser parcial ou total.

16.2 Da vigência do contrato

16.2.1. O contrato a ser firmado terá vigência de 04 meses, sem prorrogação.

16.2.1.1 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.

16.2.1.2 Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

a) o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

b) a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

17. DO REAJUSTAMENTO.

17.1 A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

17.1.1. A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado **07/01/2026**.

17.1.2 O reajuste deverá ser solicitado pelo Contratado mediante requerimento protocolado até 30 (trinta) dias antes do fim de cada período de doze meses.

17.1.3 Se o pedido de reajuste não for protocolado no prazo acima, a vigência do reajuste não poderá retroceder além da data do pleito.

17.1.4 A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio. **17.2.** O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

17.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

17.3. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025



18. DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1 A Administração poderá revisar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecido o disposto nos artigos 301 a 303 do Decreto Estadual nº 10.086, de 2022, bem como deverá proceder à atualização desses preços nos termos do art. 304 desse Regulamento Estadual.

18.1.1 A revisão e a atualização dos preços registrados na Ata depende de autorização da autoridade competente, devendo o órgão gerenciador promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no *site* oficial.

18.1.2 A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice IPCA, tendo por termo inicial a data do orçamento estimado e desde que decorrido 1 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.

18.1.2.1 O reajuste dos preços depende de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado até trinta dias antes do fim do período acima enunciado.

18.1.2.2 Se o pedido de reajuste não for protocolado no prazo acima, a vigência do reajuste não poderá retroceder além da data do pleito.

18.1.2.3 A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

18.2 Data do orçamento estimado: **07/01/2026**.

19. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

20. DECRETO ESTADUAL N.º 10.086, de 2022.

Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Curitiba, 25 de maio de 2026.

Responsável pela compilação de informações no Termo de Referência apresentada pelas unidades / órgãos participantes:

(assinado eletronicamente)

Pâmela Iubian
Enfermeira

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA
DIVISÃO DE LICITAÇÕES



Protocolo nº 24.421.524-6

Pregão Eletrônico nº 231/2026

– EDITAL (página 48 de 76)

Coordenação de Governança em Aquisições
CGOV/DAD/SESA

Chefia Imediata:

(assinado eletronicamente)

Marcos Paulo do Carmo
Coordenador
Coordenação de Governança em Aquisições
CGOV/DAD/SESA

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025



ANEXO II

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. O licitante convocado para apresentar os documentos de habilitação, deverá entregar, no prazo máximo de 1 (um) dias úteis, a contar da notificação, os documentos de habilitação, os quais devem ser enviados por processo eletrônico de comunicação à distância conforme estabelecido no presente Edital:

1.1 Os licitantes **poderão** apresentar extrato do **CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE REGISTRO CADASTRAL** de fornecedor do Governo Federal (SICAF) ou do Governo Estadual (PR) CAUFPR, e os documentos abaixo descritos, salvo os já estejam contemplados e válidos nos referidos certificados:

1.1.1 Os cadastros de fornecedor do Estado do Paraná ou da União poderão ser obtidos nos seguintes link <https://www.administracao.pr.gov.br/Compras> e <https://www.gov.br/compras/pt-br/fornecedor>.

1.2 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA: Cédula de Identidade, no caso de pessoa física. Registro comercial, no caso de empresa individual. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País. Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso.

1.3 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA: Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal; Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias); Fazenda Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação); e Fazenda Municipal; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011; Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

1.4 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

1.4.1 O fornecedor deverá encaminhar:

1.4.1.1 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

1.4.1.2 para pessoa jurídica, certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

1.4.1.3 os documentos exigidos no item 1.4.1.1 serão limitados ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

1.4.1.3.1 as empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

1.4.1.4 a comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:



Protocolo nº 24.421.524-6

Pregão Eletrônico nº 231/2026

– EDITAL (página 50 de 76)

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
LG = -----;
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total
SG = -----;
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante
LC = -----; e
Passivo Circulante

1.4.1.5 As empresas, cadastradas ou não no Portal Nacional de Contratações Pública (PNCP), deverão apresentar resultado: superior ou igual a 1,44 no índice de Liquidez Geral (LG); superior ou igual a 1,76 no índice de Solvência Geral (SG); superior ou igual a 1,67 no índice de Liquidez Corrente (LC).

1.4.1.5.1 Os indicadores previstos no edital serão calculados por exercício, de forma a apresentar dois conjuntos de indicadores relativos a cada período a que se referem as demonstrações contábeis. (Incluído pelo Decreto 7389 de 23/09/2024).

1.4.1.6 As empresas DEVERÃO APRESENTAR OS ÍNDICES JÁ CALCULADOS, com assinatura do contador e do representante legal da empresa, que serão analisados com base no balanço apresentado.

1.4.1.7 As empresas deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou item pertinente, caso não atenda os índices econômicos exigidos.

1.5 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

1.5.1 1 (um) ou mais atestados de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão do licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o(s) lote(s) arrematado(s).

1.5.1.1 Entende-se por compatibilidade das características e quantidades, o fornecimento do objeto deste processo em quantidade de no mínimo 20 % (vinte por cento), em relação a quantidade exigida para a parcela de maior relevância do presente processo:

- Lote 1, itens: 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 10.
- Lote 2, itens: 1, 4, 5, 6, 7, 8 e 9.
- Lote 3, itens: 1 e 2.

1.5.1.2 Para atendimento do quantitativo exigido no subitem anterior, será permitido o somatório de atestados de capacidade técnica.

1.5.2 NBR IEC 60601-1 – Equipamentos eletromédicos (aplicável aos motores cirúrgicos e coaguladores);

1.5.3 Registro vigente na ANVISA – obrigatório para todos os acessórios e equipamentos médico-hospitalares utilizados em ambiente cirúrgico.

1.6 DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO, NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES.

1.7 COMPROVANTE DA CONDIÇÃO DE ME OU EPP, se for o caso: Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente, além de Declaração escrita sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006 (**ANEXO IX**), bem como o Demonstrativo de Resultado do



Exercício – DRE, a que se refere a Resolução n.º 1.418, de 2012, de Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir (o inciso IV, do art. 734, do Decreto Estadual nº 10.086/2022).

1.7.1 De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

1.7.1.1 A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

1.8 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

1.9 Na hipótese do item 1.7.1, as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

1.10 Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

1.11 Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela MATRIZ, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar da proposta.



ANEXO III
MODELO DE DESCRITIVO DA PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 231 Ano: 2026

DADOS DO FORNECEDOR

Fornecedor:	Inscrição Estadual :
CNPJ/CPF :	
Endereço :	
Bairro:	
CEP:	Cidade: Estado:
Telefone:	Fax: e-mail:
Banco:	Agência: Conta-corrente:

Constitui objeto desta licitação: Aquisição de **Acessórios da Marca AESCULAP** , para atender à Secretaria da Saúde do Paraná.

1. Especificações técnicas:

Lote 1	Descrição	Quantidade	Valor Unitário Bruto	Valor Total Bruto	Valor Unitário s/ ICMS	Valor Total s/ ICMS	Alíquota % ICMS
Item 1	Peça de mão / adaptador craniótomo fixo com protetor de duramater Tamanho Médio ref. GB942R. CÓD. GMS: 6511.108565 CÓD. CATMAT: 455134	8	R\$	R\$	R\$	R\$	
Item 2	Motor craniótomo fixo tipo caneta ref. GA849 CÓD. GMS: 6511.108573 CÓD. CATMAT: 455134	10	R\$	R\$	R\$	R\$	
Item 3	Adaptador / caneta 7 cm angulado (L7) ref. GA862 CÓD. GMS: 6511.108574 CÓD. CATMAT: 455134	7	R\$	R\$	R\$	R\$	
Item 4	Adaptador / caneta 4 cm angulado (L4) ref. GA861 CÓD. GMS: 6511.108959 CÓD. CATMAT: 455134	9	R\$	R\$	R\$	R\$	
Item 5	Adaptador / caneta 13 cm angulado (L13) ref. GA864 CÓD. GMS: 6511.108575 CÓD. CATMAT: 455134	7	R\$	R\$	R\$	R\$	
Item 6	Motor com conexão estilo Hudson para trepanação ref. GA822 CÓD. GMS: 6511.108576 CÓD. CATMAT: 455134	5	R\$	R\$	R\$	R\$	
Item 7	Motor tipo serra recíprocante ref. GA837 CÓD. GMS: 6511.108577 CÓD. CATMAT: 455134	2	R\$	R\$	R\$	R\$	
Item 8	Motor tipo serra sagital ref. GA836. CÓD. GMS: 6511.108578 CÓD. CATMAT: 455134	3	R\$	R\$	R\$	R\$	
Item 9	Cabo de conexão do motor ref. GA806 CÓD. GMS: 6511.108579 CÓD. CATMAT: 455134	3	R\$	R\$	R\$	R\$	
Item 10	Pedal interruptor bidirecional ref. GA808 CÓD. GMS: 6511.108580 CÓD. CATMAT: 455134	6	R\$	R\$	R\$	R\$	

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA
DIVISÃO DE LICITAÇÕES



Protocolo nº 24.421.524-6

Pregão Eletrônico nº 231/2026

– EDITAL (página 53 de 76)

Item 11	Aplicador para óleo – Elan 4 ref. GB600860 CÓD. GMS 6511.108581 CÓD. CATMAT 455134	8	R\$	R\$	R\$	R\$	
------------	--	---	-----	-----	-----	-----	--

Lote 2	Descrição	Quantidade	Valor Unitário Bruto	Valor Total Bruto	Valor Unitário s/ ICMS	Valor Total s/ ICMS	Alíquota % ICMS
12	Bateria recarregável para perfurador/serra ref. GA676 CÓD. GMS: 6515.108584 CÓD. CATMAT: 455134	12	R\$	R\$	R\$	R\$	
13	Passador / funil para bateria ref. GA678 CÓD. GMS: 6515.108571 CÓD. CATMAT: 455134	5	R\$	R\$	R\$	R\$	
14	Removedor de bateria ref. GA679 CÓD. GMS: 6515.108585 CÓD. CATMAT: 455134	5	R\$	R\$	R\$	R\$	
15	Tampa de fecho do compartimento da bateria ref. GA675 CÓD. GMS: 6515.108586 CÓD. CATMAT: 455134	5	R\$	R\$	R\$	R\$	
16	Mandril Jacobs Universal 1,4" com chave ref. GB667R CÓD. GMS: 6511.108587 CÓD. CATMAT: 455134	7	R\$	R\$	R\$	R\$	
17	Mandril Jacobs 0,5 até 7,4 mm ref. GB621R CÓD. GMS: 6511.108588 CÓD. CATMAT: 455134	7	R\$	R\$	R\$	R\$	
18	Adaptador para serra sagital ref. GB660R CÓD. GMS: 6511.108591 CÓD. CATMAT: 455134	3	R\$	R\$	R\$	R\$	
19	Adaptador para fios de Kirschner 0,6 a 4,0 mm ref. GB641R. CÓD. GMS: 6511.108592 CÓD. CATMAT: 455134	5	R\$	R\$	R\$	R\$	
20	Óleo lubrificante 300 ml ref. GB600 CÓD. GMS: 6511.108593 CÓD. CATMAT: 455134	23	R\$	R\$	R\$	R\$	
21	Aplicador para óleo – Acculan 4 ref. GB600840 CÓD. GMS: 6511.108594 CÓD. CATMAT: 455134	12	R\$	R\$	R\$	R\$	

Lote 3	Descrição	Quantidade	Valor Unitário Bruto	Valor Total Bruto	Valor Unitário s/ ICMS	Valor Total s/ ICMS	Alíquota % ICMS
22	Pedal redondo para coagulador ref. GN161R CÓD. GMS: 6511.109107 CÓD. CATMAT: 455134	3	R\$	R\$	R\$	R\$	
23	Cabo de conexão para pinças bipolares ref. GN133 CÓD. GMS: 6511.108595 CÓD. CATMAT: 455134	6	R\$	R\$	R\$	R\$	

2. A validade da proposta é de 120 (cento e vinte) dias.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025



3. A empresa vencedora é responsável pela qualidade e integridade do produto durante o período de validade e, inclusive, pelo seu transporte. Constatado qualquer problema, cabe ao Contratado efetuar a troca do produto nos termos do Edital e da legislação vigente.
4. O preço unitário estimado para o objeto encontra-se com a carga tributária completa. Nas operações previstas com o benefício do ICMS, na proposta de preço, o valor não pode ser maior do que o máximo UNITÁRIO estimado para o item, independentemente de tratar-se de “operação interna”, conforme estabelece o Convênio ICMS n.º 26, de 2003 - CONFAZ.
- 4.1 as empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS 26, de 2003 - CONFAZ deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.
- 4.2 para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 4 e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital.
5. O arrematante atesta o atendimento das exigências técnicas conforme Anexo I do Edital.
6. O arrematante DECLARA que, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

Local e data

Representante Legal



ANEXO IV
MODELO DE PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, neste ato representado por XXXXXXXX,, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX,, CPF n.º XXXXXXXX,, residente e domiciliado na Rua XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

OUTORGADO: XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, e do CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

PODERES: Por este instrumento, o OUTORGANTE confere ao OUTORGADO os mais amplos e gerais poderes, para em seu nome representá-lo no(a) Pregão Eletrônico n.º 231/2026, podendo para tanto protocolar e receber documentos, assinar declarações, propostas e contratos de fornecimento, interpor recurso, efetuar e efetivar lances no pregão, enfim, todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato.

Local e data

OUTORGANTE



ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO
(timbre ou identificação do licitante)

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, **DECLARA**, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como:

1. INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021, em especial:

1.1 Não mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

1.2. Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2. NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES

Que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal.

3. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À POLÍTICA AMBIENTAL DE LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL

Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

4. DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Local e data.

Nome do representante legal



ANEXO VI
ÓRGÃOS PARTICIPANTES E LOCAIS DE ENTREGA

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA
Local de Entrega: Hospital do Trabalhador – HT, Setor: Gerência de Engenharia Clínica - GEC Av. República Argentina, 4406, Novo Mundo, 81050-000 - Curitiba – PR
Responsável pelo Recebimento: A/C Coordenador da Gerência de Engenharia Clínica - JOSNEY JESUS DA SILVA
Telefone: (41) 3212-5875 (eletromedicinaht@gmail.com)
Horário de Funcionamento: Segunda à sexta-feira, das 8h as 16:30h.

FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO EM SAÚDE – FUNEAS
Local de Entrega: Hospital Infantil Waldemar Monastier – HIWM Rua XV de Novembro 3701 - Centro Campo Largo-PR, CEP: 83.601-030
Responsável pelo Recebimento: Pitter Diorginnes de Oliveira
Telefone: (41) 3391-8122 Fax: (41) 3391-8122 (pitteroliveira@sesa.pr.gov.br)
Horário de Funcionamento: Segunda à Sexta – feira das 8h às 17h.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA – UEPG - HURCG
Local de Entrega: Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais – HURCG Rua Professor Gabriel de Paula Machado, 601 Bairro: Uvaranas, CEP: 84031-515, Cidade: Ponta Grossa/PR
Responsável pelo Recebimento: Fábio Rodrigo Miqueloto
Telefone: (42) 3311 8329 (scmm.hu@uepg.br)
Horário de Funcionamento: De segunda a sexta-feira, das 08h30min às 16h30min.



ANEXO VII

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 231/2026	PROTOCOLO Nº 24.421.524-6
DATA DE PUBLICAÇÃO:	VALIDADE DA ATA:

COORDENAÇÃO DE GOVERNANÇA EM AQUISIÇÕES CGOV/SESA, localizado Rua Piquiri, nº 170, CEP 80230-140, Curitiba, Paraná, aqui representado por XXXXXXXX, [CARGO], nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 10.086, de 2022, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 231/2026, homologado por XXXXXXXX, [CARGO], para a futura e a eventual aquisição de Acessórios da Marca AESCULAP, conforme Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda do(s) órgão(s) e/ou entidade(s) participantes (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram esta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1. Esta Ata tem por objetivo o registro de preços para a futura e a eventual aquisição de Acessórios da Marca AESCULAP, conforme as especificações, previsões e exigências contidas no Edital deste certame.
- 1.1. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.
- 1.2. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.
- 1.3. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com o artigo 289 do Decreto n.º 10.086, de 2022, o(s) seguinte(s) órgão(s) e/ou entidade(s):

01- SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PARANÁ - SESA
02- FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO EM SAÚDE DO PR - FUNEAS
03- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA – UEPG - HURCG

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:

Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:

LOTE 01 – adjudicado para [NOME DO ARREMATANTE, CNPJ E ENDEREÇO], representado por [NOME DO REPRESENTANTE, RG, CPF, QUALIFICAÇÃO, ENDEREÇO, EMAIL E TELEFONE], conforme quadro a seguir:

Lote 01	Descrição do Objeto	Exigências complementares	Quantidade	Unidade de medida	Preço Unitário Registrado	Validade da Ata
Item 1	Peça de mão / adaptador craniótomo fixo com protetor de duramater Tamanho Médio ref. GB942R. CÓD. GMS: 6511.108565 CÓD. CATMAT: 455134		8	Unidade	R\$	
Item 2	Motor craniótomo fixo tipo caneta ref. GA849 CÓD. GMS: 6511.108573 CÓD. CATMAT: 455134		10	Unidade	R\$	
Item 3	Adaptador / caneta 7 cm angulado (L7) ref. GA862 CÓD. GMS: 6511.108574 CÓD. CATMAT: 455134		7	Unidade	R\$	



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA
DIVISÃO DE LICITAÇÕES



Protocolo nº 24.421.524-6

Pregão Eletrônico nº 231/2026

– EDITAL (página 59 de 76)

Item 4	Adaptador / caneta 4 cm angulado (L4) ref. GA861 CÓD. GMS: 6511.108959 CÓD. CATMAT: 455134		9	Unidade	R\$	
Item 5	Adaptador / caneta 13 cm angulado (L13) ref. GA864 CÓD. GMS: 6511.108575 CÓD. CATMAT: 455134		7	Unidade	R\$	
Item 6	Motor com conexão estilo Hudson para trepanação ref. GA822 CÓD. GMS: 6511.108576 CÓD. CATMAT: 455134		5	Unidade	R\$	
Item 7	Motor tipo serra reciprocante ref. GA837 CÓD. GMS: 6511.108577 CÓD. CATMAT: 455134		2	Unidade	R\$	
Item 8	Motor tipo serra sagital ref. GA836. CÓD. GMS: 6511.108578 CÓD. CATMAT: 455134		3	Unidade	R\$	
Item 9	Cabo de conexão do motor ref. GA806 CÓD. GMS: 6511.108579 CÓD. CATMAT: 455134		3	Unidade	R\$	
Item 10	Pedal interruptor bidirecional ref. GA808 CÓD. GMS: 6511.108580 CÓD. CATMAT: 455134		6	Unidade	R\$	
Item 11	Aplicador para óleo – Elan 4 ref. GB600860 CÓD. GMS: 6511.108581 CÓD. CATMAT: 455134		8	Unidade	R\$	

LOTE 02 – adjudicado para [NOME DO ARREMATANTE, CNPJ E ENDEREÇO], representado por [NOME DO REPRESENTANTE, RG, CPF, QUALIFICAÇÃO, ENDEREÇO, EMAIL E TELEFONE], conforme quadro a seguir:

Lote 02	Descrição do Objeto	Exigências complementares	Quantidade	Unidade de medida	Preço Unitário Registrado	Validade da Ata
Item 12	Bateria recarregável para perfurador/serra ref. GA676 CÓD. GMS: 6515.108584 CÓD. CATMAT: 455134		12	Unidade	R\$	
Item 13	Passador / funil para bateria ref. GA678 CÓD. GMS: 6515.108571 CÓD. CATMAT: 455134		5	Unidade	R\$	
Item 14	Removedor de bateria ref. GA679 CÓD. GMS: 6515.108585 CÓD. CATMAT: 455134		5	Unidade	R\$	
Item 15	Tampa de fecho do compartimento da bateria ref. GA675 CÓD. GMS: 6515.108586 CÓD. CATMAT: 455134		5	Unidade	R\$	
Item 16	Mandril Jacobs Universal 1,4" com chave ref. GB667R CÓD. GMS: 6511.108587 CÓD. CATMAT: 455134		7	Unidade	R\$	
Item 17	Mandril Jacobs 0,5 até 7,4 mm ref. GB621R CÓD. GMS: 6511.108588 CÓD. CATMAT: 455134		7	Unidade	R\$	
Item 18	Adaptador para serra sagital ref. GB660R CÓD. GMS: 6511.108591 CÓD. CATMAT: 455134		3	Unidade	R\$	
Item 19	Adaptador para fios de Kirschner 0,6 a 4,0 mm ref. GB641R. CÓD. GMS: 6511.108592 CÓD. CATMAT: 455134		5	Unidade	R\$	
Item 20	Óleo lubrificante 300 ml ref. GB600 CÓD. GMS: 6511.108593 CÓD. CATMAT: 455134		23	Unidade	R\$	

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025



Protocolo nº 24.421.524-6

Pregão Eletrônico nº 231/2026

– EDITAL (página 60 de 76)

Item 21	Aplicador para óleo – Acculan 4 ref. GB600840 CÓD. GMS: 6511.108594 CÓD. CATMAT: 455134		12	Unidade	R\$	
---------	--	--	----	---------	-----	--

LOTE 03 – adjudicado para [NOME DO ARREMATANTE, CNPJ E ENDEREÇO], representado por [NOME DO REPRESENTANTE, RG, CPF, QUALIFICAÇÃO, ENDEREÇO, EMAIL E TELEFONE], conforme quadro a seguir:

Lote 03	Descrição do Objeto	Exigências complementares	Quantidade	Unidade de medida	Preço Unitário Registrado	Validade da Ata
Item 22	Pedal redondo para coagulador ref. GN161R CÓD. GMS: 6511.109107 CÓD. CATMAT: 455134		3	Unidade		
Item 23	Cabo de conexão para pinças bipolares ref. GN133 CÓD. GMS: 6511.108595 CÓD. CATMAT: 455134		6	Unidade	R\$	

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

- 3.1** A ata de registro de preços terá vigência de um ano, passível de prorrogação por igual período.
- 3.2** O prazo de vigência inicial conta-se a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas.
- 3.3** Na prorrogação da vigência inicial da ata de registro de preços pode haver a renovação dos quantitativos registrados em relação a cada item, até o limite do quantitativo original.
- 3.4** A prorrogação independe da existência de saldo em relação aos itens que a compõem.
- 3.5** O prazo de prorrogação é uno, observado o seguinte:
- 3.5.1** admite-se a prorrogação antecipada da ata quando houver o esgotamento de, ao menos, um de seus itens;
- 3.5.2** a prorrogação de um item implica prorrogação dos demais, na mesma data;
- 3.5.3** a prorrogação da ata em relação a item cujo saldo tenha esgotado implica na prorrogação da ata em relação aos demais, na mesma data;
- 3.5.4** - havendo prorrogação antecipada, o prazo de um ano conta-se a partir daquela data, aplicando-se para todos os itens.
- 3.6** O ato de prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços depende do preenchimento dos seguintes requisitos:
- 3.6.1** comprovação que as condições previstas e os preços registrados permanecem vantajosos;
- 3.6.2** indicação expressa do termo inicial e final do prazo de prorrogação e do quantitativo renovado em relação a cada item, que poderá ser parcial ou total.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR

A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

- 5.1** A Administração poderá revisar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecido o disposto nos artigos 301 a 303 do Decreto Estadual nº 10.086, de 2022, bem como deverá proceder à atualização desses preços nos termos do art. 304 desse Regulamento Estadual.
- 5.1.1** A revisão e a atualização dos preços registrados na Ata depende de autorização da autoridade competente, devendo o órgão gerenciador promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no *site* oficial.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025



5.1.2 A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice IPCA/IBGE, tendo por termo inicial a data do orçamento estimado 07/01/2026 e desde que decorrido 1 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.

5.1.2.1 O reajuste deverá ser solicitado pelo Contratado mediante requerimento protocolado até 30 (trinta) dias antes do fim de cada período de doze meses.

5.1.2.2 Se o pedido de reajuste não for protocolado no prazo acima, a vigência do reajuste não poderá retroceder além da data do pleito.

5.1.2.3 A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR E DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS

6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

6.1.1. for liberado;

6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.

6.2 No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.

6.3 O cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.

6.4 Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

6.5 Do remanejamento de saldo entre órgãos ou entidades participantes da ata de registro de preços

6.5.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados na presente Ata poderão ser remanejadas entre os órgãos ou entidades participantes, nos termos do art. 307-A do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

6.5.2 O remanejamento será realizado exclusivamente entre órgãos ou entidades participantes, considerando-se participante também o órgão ou entidade gerenciadora que tenha estimado as quantidades que pretende contratar.

6.5.3 O remanejamento dependerá de :

I) solicitação formal do órgão ou entidade interessada;

II) autorização do órgão ou entidade gerenciadora;

III) anuência prévia da autoridade competente do órgão ou entidade que sofrerá a redução de quantitativos inicialmente informados.

6.5.4 Caso o remanejamento implique alteração do município de entrega ou execução, o fornecedor beneficiário deverá manifestar, no prazo fixado pela Administração, a aceitação ou recusa do fornecimento, observadas as condições originais da Ata.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

7.1.1 pelo decurso do prazo de vigência;

7.1.2 pelo cancelamento de todos os preços registrados;

7.1.3 por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

7.1.4 por razões de interesse público, devidamente justificadas.

7.2 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do disposto no art. 307 do Decreto n.º 10.086, de 2022.



CLÁUSULA OITAVA - DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO

Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com o devido registro no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços - GMS e publicação do resumo no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

9.1 Constituem obrigações do Fornecedor:

9.1.1 assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;

9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;

9.1.3. manter as condições de de habilitação;

9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA — DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

10. Constituem obrigações do órgão participante, por meio de gestor próprio:

10.1. tomar conhecimento da ata de registro de preços e de suas eventuais alterações, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;

10.2. emitir a ordem de compra no Sistema GMS, quando da necessidade da contratação, a fim de gerenciar os respectivos quantitativos na ata de registro de preços;

10.3. verificar a conformidade das condições registradas perante o mercado local, sobretudo em relação aos valores praticados, bem como assegurar-se que a contratação a ser feita ainda atenda aos seus interesses, informando ao órgão gerenciador eventuais desvantagens quanto à sua utilização;

10.4 zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas e aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação as suas próprias contratações;

10.5 registrar no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Sistema GMS eventuais irregularidades detectadas e penalidades aplicadas, após o devido processo legal;

10.6 providenciar as publicações no Portal Nacional de contratações Públicas e no sítio eletrônico oficial do Estado do Paraná e do órgãos ou entidade demandante, quando couber.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES OU INGRESSANTES

Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata, observado o disposto nos arts. 314 e 316 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA

Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, mas também os licitantes que mantiverem suas propostas, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, conforme o previsto no § 4.º do art. 298 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Foro Central de Curitiba – Estado do Paraná.



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICIDADE

14.1 A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no portal da internet www.comprasparaná.pr.gov.br.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Certificado de Autorização de Funcionamento

O Pregão Eletrônico nº 231/2026 é realizado pelo Pregoeiro(a) Leandro Pereira, designado na Resolução n.º 1275/2025, publicado no DIOE Executivo edição n.º 11951 de 25/07/2025.

Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

[SERVIDOR RESPONSÁVEL DO
ÓRGÃO GERENCIADOR]

Leandro Pereira
Pregoeiro



FORNECEDORES

LOTE/ Item	CLASSIFICAÇÃO	RAZÃO SOCIAL	REPRESENTANTE LEGAL
01	1.º		
02	1.º		
03	1.º		



Anexo da Ata de Registro de Preços
Cadastro de Reserva

PROCESSO LICITATÓRIO PE 231/2026

PROTOCOLO 24.421.524-6

FORNECEDOR			
CNPJ - NOME EMPRESA			
LOTE	VALOR UNITÁRIO REGISTRADO	CARACTERÍSTICAS	COLOCAÇÃO
X	R\$ xx,xx	xxxx	
X	R\$ xx,xx	xxxx	

FORNECEDOR			
CNPJ – NOME EMPRESA			
LOTE	VALOR UNITÁRIO REGISTRADO	CARACTERÍSTICAS	COLOCAÇÃO
X	R\$ xx,xx	xxxx	
X	R\$ xx,xx	xxxx	



ANEXO VIII
MINUTA PADRÃO – CONTRATO DE FORNECIMENTO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº [XXXXXXXXXX]

CONTRATANTE: O ESTADO DO PARANÁ, através do órgão da Secretária de Estado da Saúde, com sede no(a) Rua Piquiri 170, Rebouças, Curitiba/Pr, inscrito(a) no CNPJ sob o n.º XXXXXXXXX, neste ato representado(a) pelo(a) [CARGO E NOME DA AUTORIDADE], nomeado pelo Decreto n.º XXXXXXXXX, inscrito(a) no CPF sob o n.º XXXXXXXXX, portador da carteira de identidade n.º XXXXXXXXX.

CONTRATADO(A): [NOME], inscrito no CNPJ/CPF sob o n.º XXXXXXXXX, com sede no(a) XXXXXXXXX, neste ato representado por [NOME E QUALIFICAÇÃO], inscrito(a) no CPF sob o n.º XXXXXXXXX, portador da carteira de identidade n.º XXXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXXX, e-mail XXXXXXXXX e telefone XXXXXXXXX.

O presente Contrato será regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022; pelo edital do Pregão Eletrônico n.º 231/2026 (protocolo n.º 24.421.524-6) do procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor e pelas cláusulas e condições seguintes:

1 OBJETO:
Aquisição de **Acessórios da Marca AESCULAP.**

Lote 1	Descrição do objeto	Exigências complementares	Unidade de medida	Quantidade	Valor unitário	Valor total
Item 1	Peça de mão / adaptador craniótomo fixo com protetor de duramater Tamanho Médio ref.GB942R. CÓD. GMS: 6511.108565 CÓD. CATMAT: 455134		Unidade	8	R\$	R\$
Item 2	Motor craniótomo fixo tipo caneta ref.GA849 CÓD. GMS: 6511.108573 CÓD. CATMAT: 455134		Unidade	10	R\$	R\$
Item 3	Adaptador / caneta 7 cm angulado (L7) ref. GA862 CÓD. GMS: 6511.108574 CÓD. CATMAT: 455134		Unidade	7	R\$	R\$
Item 4	Adaptador / caneta 4 cm angulado (L4) ref. GA861 CÓD. GMS: 6511.108959 CÓD. CATMAT: 455134		Unidade	9	R\$	R\$
Item 5	Adaptador / caneta 13 cm angulado (L13) ref. GA864 CÓD. GMS: 6511.108575 CÓD. CATMAT: 455134		Unidade	7	R\$	R\$
Item 6	Motor com conexão estilo Hudson para trepanação ref. GA822 CÓD. GMS: 6511.108576 CÓD. CATMAT: 455134		Unidade	5	R\$	R\$
Item 7	Motor tipo serra recíprocante ref.GA837 CÓD. GMS: 6511.108577 CÓD. CATMAT: 455134		Unidade	2	R\$	R\$
Item 8	Motor tipo serra sagital ref.GA836. CÓD. GMS: 6511.108578		Unidade	3	R\$	R\$

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: maio/2025



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA
DIVISÃO DE LICITAÇÕES



Protocolo nº 24.421.524-6

Pregão Eletrônico nº 231/2026

– EDITAL (página 67 de 76)

	CÓD. CATMAT: 455134					
Item 9	Cabo de conexão do motor ref.GA806 CÓD. GMS: 6511.108579 CÓD. CATMAT: 455134		Unidade	3	R\$	R\$
Item 10	Pedal interruptor bidirecional ref.GA808 CÓD. GMS: 6511.108580 CÓD. CATMAT: 455134		Unidade	6	R\$	R\$
Item 11	Aplicador para óleo – Elan 4 ref.GB600860 CÓD. GMS: 6511.108581 CÓD. CATMAT: 455134		Unidade	8	R\$	R\$

Lote 2	Descrição do objeto	Exigências complementares	Unidade de medida	Quantidade	Valor unitário	Valor total
Item 12	Bateria recarregável para perfurador/serra ref. GA676 CÓD. GMS: 6515.108584 CÓD. CATMAT: 455134		Unidade	12	R\$	R\$
Item 13	Passador / funil para bateria ref.GA678 CÓD. GMS: 6515.108571 CÓD. CATMAT: 455134		Unidade	5	R\$	R\$
Item 14	Removedor de bateria ref. GA679 CÓD. GMS: 6515.108585 CÓD. CATMAT: 455134		Unidade	5	R\$	R\$
Item 15	Tampa de fecho do compartimento da bateria ref.GA675 CÓD. GMS: 6515.108586 CÓD. CATMAT: 455134		Unidade	5	R\$	R\$
Item 16	Mandril Jacobs Universal 1,4" com chave ref. GB667R CÓD. GMS: 6511.108587 CÓD. CATMAT: 455134		Unidade	7	R\$	R\$
Item 17	Mandril Jacobs 0,5 até 7,4 mm ref.GB621R CÓD. GMS: 6511.108588 CÓD. CATMAT: 455134		Unidade	7	R\$	R\$
Item 18	Adaptador para serra sagital ref.GB660R CÓD. GMS: 6511.108591 CATMAT: 455134		Unidade	3	R\$	R\$
Item 19	Adaptador para fios de Kirschner 0,6 a 4,0 mm ref. GB641R. CÓD. GMS: 6511.108592 CÓD. CATMAT: 455134		Unidade	5	R\$	R\$
Item 20	Óleo lubrificante 300 ml ref.GB600 CÓD. GMS: 6511.108593 CÓD. CATMAT: 455134		Unidade	23	R\$	R\$
Item 21	Aplicador para óleo – Acculan 4 ref.GB600840 CÓD. GMS: 6511.108594 CÓD. CATMAT: 455134		Unidade	12	R\$	R\$

Lote 3	Descrição do objeto	Exigências complementares	Unidade de medida	Quantidade	Valor unitário	Valor total
Item 22	Pedal redondo para coagulador ref. GN161R CÓD. GMS: 6511.109107 CÓD. CATMAT: 455134		Unidade	3	R\$	R\$

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025



Protocolo nº 24.421.524-6

Pregão Eletrônico nº 231/2026

– EDITAL (página 68 de 76)

Item 23	Cabo de conexão para pinças bipolares ref. GN133 CÓD. GMS: 6511.108595 CÓD. CATMAT: 455134		Unidade	6	R\$	R\$
---------	--	--	---------	---	-----	-----

2 FUNDAMENTO:

Este contrato decorre do Pregão Eletrônico n.º 231/2026, objeto do processo administrativo n.º 24.421.524-6 com homologação publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial do Estado n.º XXXXXXXX, de XXXXXXXX e conforme ato de autorização nas fls. [XXXX] deste protocolo.

3 FORMA DE FORNECIMENTO:

3.1 Os bens deverão ser fornecidos no prazo de entrega: de 90 (noventa) dias, a contar da data do recebimento do empenho, conforme descrito no Termo de Referência.

3.2 Agendar a entrega no setor de Patrimônio/Almoxarifado ou com o responsável.

4 PREÇO E VALOR DO CONTRATO:

4.1 O Contratante pagará ao Contratado os preços unitários previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato:

4.2 O valor total do contrato é de R\$ XXXXXXXX (VALOR POR EXTENSO).

4.3 No preço pactuado estão inclusas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos trabalhistas e despesas com transporte e locomoção.

5. DO REAJUSTE.

5.1 A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o índice Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

5.1.1. A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado 07/01/2026.

5.1.1.1 O transcurso do período citado no item 5.1.1, sem o requerimento do fornecedor, implica na concessão de reajuste apurada por procedimento próprio.

5.1.2. O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

5.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

5.3. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

5.4. O reajuste deverá ser requerido pelo contratado mediante requerimento protocolado até 30 (trinta) dias antes do fim de cada período de doze meses.

5.4.1 Caso o reajuste não seja requerido no prazo acima será considerado a preclusão do direito.

6. A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

6.1 A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme item 6.3 deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 10 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.2 A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme o item 6.3 deste, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas nos arts. 11 e 12 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

6.4 A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025



7. PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO:

7.1 Os bens deverão ser entregues no local (Anexo VI), na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência (Anexo I), que integra o presente contrato para todos os fins.

7.2 O recebimento provisório será feito no local da entrega, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data da entrega, de acordo com o contido no Termo de Referência.

7.3 O recebimento definitivo será feito no prazo de até 10 (dez) dias da expedição do termo de recebimento provisório, depois de conferidos os itens recebidos, consignando eventuais intercorrências.

7.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8 FONTE DE RECURSOS:

8.1 A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Gestão/Unidade: (preencher conforme indicado na Declaração Orçamentária);

Fonte de Recursos: (preencher conforme indicado na Declaração Orçamentária);

Programa de Trabalho: (preencher conforme indicado na Declaração Orçamentária);

Elemento de Despesa: (preencher conforme indicado na Declaração Orçamentária);.

9 VIGÊNCIA

9.1 O contrato terá vigência de 04 (quatro) meses, com prorrogação conforme Art. 111 da Lei 14.133/2021.

9.1.2 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.

9.1.2.1 Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

- a) o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;
- b) a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

10 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial

10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

10.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5 indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.6 manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7 manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.8 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;



10.1.9 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.9.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.9.2 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.9.3 aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.1.10 cumprir as exigências de reserva de cargos prevista no Art. 92, inciso XVII, da Lei Federal 14.133/2021, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

10.1.11 Durante a garantia a CONTRATADA deverá prestar o atendimento preferencialmente presencial, em no máximo 05 (cinco) dias úteis nos casos de acionamento para realização de manutenção corretiva e preventiva, contar da data do chamado técnico;

10.1.12 Caso o atendimento de manutenção não seja presencial (in-loco) e for necessário enviar o equipamento para Assistência Técnica Autorizada, os custos de transporte, deslocamento, taxas e despesas do envio equipamento (independentemente do local da assistência), será todas por conta da CONTRATADA;

10.1.13 Concessão de plena garantia do Fabricante para todos acessórios, e mão de obra, contra defeitos de fabricação, a contar da data da certificação da Nota Fiscal;

10.1.14 Após finalizar das entregas, a CONTRATADA deverá fornecer Certificado de Garantia do Fabricante;

10.1.15 As manutenções corretivas deverão ser realizadas apenas através de Assistência Técnica Autorizada do fabricante;

10.1.16 Na realização das manutenções, todos os custos de deslocamento (frete, seguro, impostos, entre outros) de equipamentos, acessórios, peças e mão de obra, deverão correr por conta exclusiva da CONTRATADA;

10.1.17 Se durante a manutenção corretiva for constatada a necessidade de substituição de peças, a CONTRATADA deverá solucionar o problema em até 20 (vinte) dias úteis (a contar da data da visita técnica);

10.1.18 Caso a CONTRATADA não venha atender ao prazo definido no item anterior, a mesma deverá fornecer o mesmo item de backup igual ou similar original até a solução definitiva do problema;

10.1.21 adotar práticas de logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao Poder Público, assumindo a responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada.

10.1.22 apresentar declaração de atendimento e responsabilização com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao Poder Público, assumindo a responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada.

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6 efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;



10.2.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

11 FORMA DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeiro Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

11.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 13.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

11.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

11.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025



12.1 Não se faz necessário, neste caso concreto, pois se trata de aquisição de bens e que seu pagamento só será realizado após a efetivação da entrega, não correndo, assim, qualquer risco à administração de não execução contratual.

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

13.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

- a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

13.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

13.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.

13.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impõe a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

13.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

13.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.

13.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

13.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

13.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

13.10 As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual.

14. CASOS DE EXTINÇÃO:

14.1 O presente instrumento poderá ser extinto:

14.1.1 por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

14.1.2 de forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

14.1.3 por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.



14.2 No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

14.3 Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

14.4 O Contratado, desde já, reconhece todos direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

15. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

15.1 Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

15.1.1 Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas compras.

15.2 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15.3 As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

15.4 Não será admitida a subcontratação do fornecimento."

15.5 Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a **prorrogação** motivada por igual período

16. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

16.1 O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

16.2 O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

16.3 Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos BENS especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;

16.4 Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

16.5 o Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

16.6 o Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

16.7 O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

16.8 O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

16.9 A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

16.10 o Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os



dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

16.11 Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Estado para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

16.12 As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas na forma do § 1º do art. 10 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

16.13 As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas na forma dos artigos 11, 12 e 13 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

16.14 O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

16.15 Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.

16.16 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

16.17 As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria-Geral do Estado, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Estado em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS:

17.1 Integram o presente contrato, para todos os fins: o edital da licitação e seus anexos e a proposta apresentada pelo Contratado durante a licitação.

17.2 Este contrato é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e demais leis estaduais e federais pertinentes ao objeto do contrato, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

17.3 O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sistema GMS.

17.4 As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Local e data

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas

1 – Nome:

2 – Nome:



ANEXO IX
MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os fins dispostos no Pregão Eletrônico n.º 231/2026, sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.

() COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11488/2007.

DECLARA ainda:

1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

2. Que não extrapolou a receita bruta máxima relativa ao enquadramento como empresa de pequeno porte, de que trata o art. 3º, II da Lei Complementar nº 123, de 2006, em relação aos valores dos contratos celebrados com a Administração Pública no ano-calendário de realização da licitação.

Local e data

Representante Legal



ANEXO X
DECLARAÇÃO LGPD

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

- 1.1. aqueles inerentes a documentos de identificação;
 - 1.2. referentes a participações societárias;
 - 1.3. informações inseridas em contratos sociais;
 - 1.4. endereços físicos e eletrônicos;
 - 1.5. estado civil;
 - 1.6. eventuais informações sobre cônjuges;
 - 1.7. relações de parentesco;
 - 1.8. número de telefone;
 - 1.9. sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
 - 1.10. informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.
2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.
3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local e data

Representante Legal

Documento: **PE_231_2026_SRP_EDITAL.pdf**.

Assinatura Qualificada realizada por: **Cesar Augusto Neves Luiz** em 10/06/2026 16:12.

Inserido ao protocolo **24.421.524-6** por: **Leandro Pereira** em: 10/06/2026 14:11.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: